

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO PROFISSIONAL**

**ELANIA NUNES BEZERRA**

**CRIMINALIDADE, RESISTÊNCIA E LIBERDADE: UM ESTUDO SOBRE  
PRÁTICAS SOCIAIS “ILEGAIS” DA POPULAÇÃO NEGRA NO RECIFE  
(1842-1850)**

**RECIFE – PE**

**2025**

**ELANIA NUNES BEZERRA**

**CRIMINALIDADE, RESISTÊNCIA E LIBERDADE: UM ESTUDO SOBRE  
PRÁTICAS SOCIAIS “ILEGAIS” DA POPULAÇÃO NEGRA NO RECIFE  
(1842-1850)**

Relatório técnico de pesquisa para apresentação de produto à banca de defesa do Mestrado Profissional em História, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador(a): Prof. Dr. Leandro Nascimento de Souza.

B574c Bezerra, Elania Nunes.

Criminalidade, resistência e liberdade: um estudo sobre práticas sociais “ilegais” da população negra no Recife (1842-1850) / Elania Nunes Bezerra, 2025.

57 f. : il.

Orientador: Leandro Nascimento de Souza.

Relatório técnico (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História. Mestrado Profissional em História, 2025.

1. Pernambuco - História - Séc. XIX. 2. Racismo.
3. Movimentos antiescravagistas. 4. Liberdade.
5. Crime - Aspectos sociais. 6. História social.
7. Negros – Recife - História. 8. Podcast. I. Título.

CDU 981.34

Luciana Vidal - CRB4/1338

Criminalidade, resistência e liberdade: um estudo sobre práticas sociais “ilegais” da população negra no Recife (1842-1850). © 2025 by Elania Nunes Bezerra is licensed under CC BY-NC-ND 4.0. To view a copy of this license, visit <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

ELANIA NUNES BEZERRA

**CRIMINALIDADE, RESISTÊNCIA E LIBERDADE: UM ESTUDO SOBRE  
PRÁTICAS SOCIAIS “ILEGAIS” DA POPULAÇÃO NEGRA NO RECIFE  
(1842-1850)**

Documento assinado digitalmente  
 LEANDRO NASCIMENTO DE SOUZA  
Data: 27/04/2025 12:24:44-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Leandro Nascimento de Souza- UNICAP

Orientador

Documento assinado digitalmente  
 FLAVIO JOSE GOMES CABRAL  
Data: 29/04/2025 14:23:24-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Flávio José Gomes Cabral – UNICAP

Avaliador interno

Documento assinado digitalmente  
 WELLINGTON BARBOSA DA SILVA  
Data: 07/05/2025 19:10:34-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Wellington Barbosa da Silva - UFRPE

Avaliador externo

Recife, 28 de março de 2025.

Aos meus pais Heleno Bezerra da Silva e  
Damiana Nunes Bezerra.  
As minhas filhas Maria Clara Nunes da Silva e  
Laura Nunes Guedes.  
A todos meus alunos e ex-alunos  
que me ensinaram muito mais do que ensinei.  
Vocês são muito especiais.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela existência. Agradeço aos meus pais, Heleno Bezerra da Silva e a minha mãe Damiana Nunes Bezerra pelo apoio e incentivo no decorrer deste mestrado. Minha mãe, com seu jeito simples, protetora e amiga, dividiu comigo muitas atribuições da vida familiar, o que me permitiu cumprir com as demandas acadêmicas e profissionais deste período. O exemplo de vida do meu pai Heleno Bezerra da Silva me motivou a estar sempre em movimento.

Agradeço aos colegas da turma 7 (2023.1). Trocamos experiências e ensinamentos durante todo o curso, tanto nos debates, como no desenvolvimento dos trabalhos em grupo e nos momentos de conversas e desabafos. Nossos encontros, em sala de aula, e nas dependências da UNICAP, foram marcados por palavras e ações de incentivo e solidariedade.

Aos professores das disciplinas que cursei, imensa gratidão. Ao prof. Dr. Helder Remígio de Amorim, pela acolhida. Ao meu primeiro orientador, o prof. Dr. Paulo Henrique Fontes Cadena que me apresentou os primeiros passos desta pesquisa. Ao meu orientador prof. Dr. Leandro do Nascimento, sua sabedoria e conhecimento me guiou, com muita tranquilidade, até o final desta jornada.

## RESUMO

Neste relatório apresento uma perspectiva social da criminalidade no Recife, entre 1842 e 1850. Nessa época, o Recife tinha passado por muitas transformações sociais e urbanísticas que deram um suposto ar de progresso à cidade. No entanto, a miséria, a escravidão negra e as desigualdades sociais eram presentes. Entendemos as práticas criminosas dos escravizados como mecanismos de resistência e o Código Criminal resultado da lógica das relações de poder, por isso o uso das aspas no termo “ilegais” quando nos referimos a tais práticas, no título deste trabalho. Problematizamos o conceito de liberdade e buscamos dar significado às classificações de cor presentes na documentação estudada. Utilizamos como referências teóricas vários autores, entre eles, Sidney Chalhoub, Marcus J. M. de Carvalho, Raimundo Arraes, João José Reis, Eduardo Silva, Walter Fraga e Wellington Barbosa da Silva. A pesquisa utilizou como fontes o Diário de Pernambuco e os relatórios da Polícia Civil. Nosso produto didático-pedagógico é um podcast. Um recurso digital moderno e acessível para estudantes do ensino fundamental e médio. Queremos instigar nossos estudantes a estabelecerem conexões entre o conhecimento histórico, o tempo presente e a construção de um futuro mais justo para todos.

**Palavras-chave:** crimes sociais; resistência escravista; concepções de liberdade; podcast pedagógico.

## **ABSTRACT**

In this report I present a social perspective of crime in Recife between 1842 and 1850. At that time, Recife had undergone many social and urban transformations that gave a supposed air of progress to the city. However, misery, black slavery and social inequalities were present. We understand the criminal practices of the enslaved as mechanisms of resistance and the Criminal Code is the result of the logic of power relations, hence the use of quotation marks in the term "illegal" when referring to such practices, in the title of this work. We problematized the concept of freedom and sought to give meaning to the color classifications present in the documentation studied. We used several authors as theoretical references, among them, Sidney Chalhoub, Marcus J. M. de Carvalho, Raimundo Arraes, João José Reis, Eduardo Silva, Walter Fraga and Wellington Barbosa da Silva. The research used the Diário de Pernambuco and Civil Police reports as sources. Our didactic-pedagogical product is a podcast. A modern and accessible digital resource for elementary and high school students. We want to encourage our students to establish connections between historical knowledge, the present time and the construction of a fairer future for all.

Keywords: social crimes; slavery resistance; conceptions of freedom; educational podcast.

*"Educação não transforma o mundo.*

*Educação muda as pessoas.*

*Pessoas transformam o mundo."*

Paulo Freire

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1: Rua da Cruz, representada na cromolitografia publicada no álbum de Emil Bauch de 1852.	16
Figura 2: Rua do Crespo (1849-1852), representada na cromolitografia publicada no álbum de Emil Bauch de 1852.	19
Figura 3: O largo da Matriz da Boa Vista, representado na cromolitografia publicada no álbum de Emil Bauch de 1852.	20
Tabela 1: Estatuto legal das pessoas presas	32
Tabela 2: Os principais motivos das prisões de escravos, 1842-1849	32
Tabela 3: Os principais motivos das prisões de homens livres, 1842-1849	33

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA</b>	<b>25</b>
<b>2.1 Discussão teórica</b>	<b>25</b>
<b>2.2 Discussões metodológicas</b>	<b>32</b>
<b>3. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO</b>	<b>42</b>
<b>4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO</b>	<b>44</b>
<b>5. APLICAÇÃO DO PRODUTO</b>	<b>50</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>52</b>
<b>7. LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES</b>	<b>53</b>
<b>8. BIBLIOGRAFIA</b>	<b>54</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é um estudo dos crimes praticados pela população negra do Recife oitocentista (1842-1850). Na época, a população era, em grande maioria, formada por negros e mestiços, na condição de escravizados, livres ou libertos. Essas pessoas transitavam em diversos espaços, como nas ruas, nos estabelecimentos comerciais, em residências e nas igrejas. No trabalho, nas relações pessoais e nos momentos de divertimentos apresentavam comportamentos que eram quase sempre reprovados pelas elites. Excluídas das relações de poder dominante, atingidas diretamente pela escravização, pelo desemprego, pelo preconceito e pela falta de oportunidades sociais, eles enfrentavam diariamente vários obstáculos. O que muitas vezes se refletia na prática de alguma ação considerada ilegal.

O tema da pesquisa nos atraiu por dar maior visibilidade a condição daqueles sujeitos que por muito tempo foram excluídos da história e por ser uma questão do debate político presente. Buscamos mostrar que a história pode sair do campo da abstração para o campo prático. “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado, mas não vale a pena esgotar-se para compreender o passado quando nada se sabe do presente” (Bloch, 1997, p. 100). O simples conhecimento do passado, sem nenhuma conexão com o presente, é inútil. Precisamos entender os processos históricos, as mudanças e as permanências, para nos instrumentarmos com conhecimentos que estimulem o pensar crítico e a busca de soluções para os problemas atuais. Os dados, abordagens e as discussões da história precisam instigar os sujeitos ao exercício da cidadania e da inclusão social.

Trabalhamos com a perspectiva da História Social. Buscamos analisar os fatos dentro de uma perspectiva socioeconômica que concede ao sujeito o papel de protagonista de sua própria história, dentro de uma estrutura maior<sup>1</sup>. Um campo do conhecimento que inaugurou uma nova forma de produção historiográfica, não mais preocupada exclusivamente com o poder institucional, mas com os vários tipos de poderes que afetam a vida social.

---

<sup>1</sup> Acreditamos que apesar da História Social delimitar um campo de observação a ser explorado sobre determinado tema, nenhum assunto pode ser compreendido sem conectá-lo a outros aspectos da vida humana, como o econômico, o social, o cultural. Lucien Febvre, fundador da Escola dos Annales- movimento intelectual que inaugurou horizontes para a historiografia do século XX- em uma conferência de 1941, mais tarde publicada em *Combates pela História* [1942], chega a afirmar que “não há história econômica e social; há somente história, em sua unidade” (Febvre, 1992, p.45).

Por meio da observação dos procedimentos desenvolvidos para garantir a singularidade e individualidade do comportamento e da conduta dos grupos e das massas, conseguimos desenvolver uma pesquisa sensível e humana. Os nossos personagens são caracterizados pelos documentos da época como criminosos, pois estes refletiam a perspectiva da elite política e econômica da época, porém, nesta pesquisa, são analisados como agentes sociais que fazem parte do complexo mundo das relações sociais, influenciando e sendo influenciado pela sociedade em que viviam.

Os conflitos sociais, as ações coletivas ilegais e as práticas individuais enquadradas como crime pelo Código Criminal de 1831, mostram a diversidade das relações sociais humanas e a complexidade das relações de poder existentes naquela sociedade. A colonização do território do Brasil, as diferentes condições sociais, a escravização de seres humanos, a propriedade privada, os ordenamentos jurídicos, as ideologias dominantes e os diferentes modos de pensar torna o nosso trabalho desafiador.

Os protagonistas das nossas histórias são os indivíduos negros que habitavam a cidade do Recife. Integravam uma sociedade onde as ideias de hierarquia social, de status e de origem eram bastante presentes ao ponto de se prolongar ao longo do tempo e percebermos tais ideias ainda hoje. A inferiorização que os negros sofriam quando dentro das relações de poder dominante, exigia uma força inimaginável deste grupo para colocar em prática iniciativas que almejassem amenizar os laços do cativo ou até mesmo romper com eles. Como exemplos dessas iniciativas podemos citar as fugas, as insurreições e as negociações com seus proprietários em busca da liberdade, através da compra de sua carta de alforria e a desobediência civil através dos crimes.

Quando se tratava de buscar melhores condições de vida, essas pessoas não estavam sozinhas. Havia uma rede de solidariedade em torno de cada uma delas, que poderia incluir cônjuges, pais, mães, avós, padrinhos e madrinhas dispostos a ajudá-las. De acordo com Albuquerque e Fraga Filho (2006), os escravizados nascidos no Brasil tinham uma rede de contato mais ampla. Consequentemente, tinham mais chances de terem pais livres, padrinhos, mais pessoas conhecidas e parentes por perto.

Destaca-se como um espaço de solidariedade e resistência às irmandades religiosas existentes no Recife. “Espalhadas por diversas áreas do Brasil escravista desde o século XVII, as irmandades eram locais em que se criavam laços de solidariedade e ajuda mútua entre seus integrantes” (Viana, 2012, p. 46). No Recife, podemos citar como exemplo, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, criada após a expulsão dos holandeses no século XVII, composta principalmente por pessoas negras. Em determinadas épocas, assegurou a vida cultural e

religiosa de muitos indivíduos. Os encontros promovidos por seus membros possibilitavam articulações de cooperação e resistência a favor dos negros, como a compra da liberdade de alguns escravizados.

Muitos escravizados encontravam no trabalho meios para alcançar seus objetivos. Além de estarem cumprindo as ordens dos seus senhores, alguns cativos conseguiam juntar dinheiro para comprar a alforria, caso essa possibilidade tivesse sido expressa pelo proprietário. De acordo com Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 147), “uma das maneiras de conseguir a tão sonhada carta de liberdade era pagando ao seu senhor uma certa quantia estipulada”. O autor citado afirma que essa maneira de conseguir a alforria beneficiava mais o escravizado urbano, o doméstico e o mineiro. Sendo assim, muitos escravizados, moradores do Recife, devem ter conseguido a carta de alforria, através da compra. Eles exerciam diversas atividades urbanas, como “domésticos”, tropeiros, artesãos, carregadores, vendedores de ruas, canoeiros e trabalhadores de ganho”<sup>2</sup>.

A condição de o trabalho urbano ser realizado fora dos olhos dos seus senhores era um ponto muito benéfico para os escravizados. A atividade de canoeiro, por exemplo, era uma das mais vantajosas nesse sentido, pois permitia o deslocamento dos escravizados para longas distâncias. Durante o transporte de pessoas e mercadorias pelos rios Capibaribe e Beberibe, os canoeiros podiam expressar comportamentos e pôr em prática ações de resistência que jamais conseguiriam perto do seu local de residência. De acordo com Carvalho (2010), além de ir para longe com uma certa facilidade, os canoeiros teciam relações com pessoas que moravam longe. Criava-se condições para a existência de redes de contato e para ações de solidariedade. Com certeza, havia muito mais chances de uma fuga ser bem-sucedida quando se estava distante da residência do senhor e quando se tinha pessoas dispostas a ajudar.

Muitos indivíduos livres ou libertos também estavam empregados nas atividades ligadas ao comércio. Esse grupo tinha uma relação muito próxima com as classificações de cor encontradas nos documentos da época<sup>3</sup>. Classificados como pretos, pardos, crioulos, negros, cabras, mestiços e etc. As classificações continham uma série de significados que ia além da simples percepção da cor da pele do indivíduo. Revelava origens, contextos, condições sociais, experiências e lutas diárias.

---

<sup>2</sup> Marilene Rosa da Silva descreveu como funcionou o trabalho de ganho em que “passavam o dia nas ruas alugando os seus serviços, com a obrigação de entregar a seus senhores uma quantia diária ou semanal preestabelecida” (Silva, 1988, p.21).

<sup>3</sup> O artigo “De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX”, de Jocélio Teles dos Santos (2005), discute as classificações de cor a partir das origens e das relações familiares e sociais dos indivíduos.

A cidade do Recife foi o espaço escolhido para ser trabalhado o tema. Dentre os motivos está o fato de, na época, ser o principal centro urbano da província de Pernambuco e por isso conter o maior contingente populacional da época. De um povoado de pescadores, formado em um istmo que descia dos outeiros de Olinda, “passou a ostentar, por mercê da Carta Régia de 19 de novembro de 1709, a condição de Vila” (Arraes, 2004, p. 111). Essa mudança de status administrativo desencadeou a Guerra dos Mascates, em 1710. Passou a ser cidade em 1823, sendo convertida a capital em 1827 (Arraes, 2004, p. 116).

O crescimento da produção açucareira, o porto, os rios, a localização geográfica e a estrutura urbana que foram surgindo ao longo do tempo colocou o Recife em posição de destaque em Pernambuco. Formado pelos bairros do Recife, Santo Antônio e Boa Vista, e por algumas povoações localizadas ao redor da cidade, os arrabaldes, concentrou uma elite local e um aglomerado populacional atraídos pela intermediação comercial que caracterizou a região ao longo do tempo.

Foi a relação da cidade com as suas águas, através dos rios e o do porto, que permitiu o desenvolvimento do comércio da maneira como este se apresentava em meados do século XIX. Dividida pelos rios Capibaribe e Beberibe, a cidade do Recife tornou-se” uma região cosmopolita que exercia forte influência sobre as províncias vizinhas integrando o comércio das Américas” (Arraes, 2009, p. 27). A dinâmica de deslocamento da produção canavieira do interior da província, a exportação e importação de diversos gêneros e o abastecimento interno da população encontrava no porto e nos rios meios naturais facilitadores.

O território pernambucano possuía no final da década de 1830 dezessete municípios<sup>4</sup>. Recife, Cabo, Sirinhaém, Santo Antão, Flores, Garanhuns, Cimbres, Olinda, Igarauçu, Pau d’Alho, Limoeiro, Goiana, Itamaracá, Nazaré da Mata, Rio Formoso, Bonito e o Brejo formavam uma das províncias mais importantes do Império, perdendo em importância apenas para a do Rio de Janeiro e a de Salvador (Costa, 2009, pg. 27). Da sua fundação em 1549, até o ano de 1763, Salvador era a capital do Brasil. Ao herdar processos culturais e econômicos possibilitou a continuidade de atividades agrícolas, comerciais e portuárias bastante rentáveis. Quando Rio de Janeiro substituiu Salvador, tornou-se centro político, administrativo e econômico de todo o território. Permaneceu como capital até 1960.

---

<sup>4</sup> De acordo com Manoel Nunes Cavalcanti Júnior em sua tese de doutorado (pg.32) dos dezessete municípios existentes no final da década de 1830 havia três cidades, Recife, Olinda e Goiana.

Para termos uma noção de números quantitativos dos moradores da cidade do Recife e sua condição social, podemos analisar os dados apresentados por Carvalho (2010). Ele apresenta duas contagens da população da cidade do Recife, uma concluída em 1828 e a outra publicada em janeiro de 1856. Mesmo com todas as dificuldades e defeitos da coleta dos dados da época, como a variação das freguesias e os erros contidos nos censos apresentados pelos padres, juizes de paz e delegados, os números podem nos ajudar a termos uma noção de quem eram os moradores da cidade do Recife. A primeira quantificou 25.678 pessoas morando no centro da cidade. Este censo indicou que trinta e um por cento dessas pessoas eram escravizadas, ou seja, 7.935. O restante, 17.743, era formado por pessoas livres. O censo apresentado em 1856 mostrou uma população de 40.977, nesta 33.270 eram pessoas livres e 7.707 escravizados.

O aumento significativo da população da cidade, entre os censos de 1828 e 1856, pode ser entendido a partir do fluxo das migrações locais. O crescimento, entre duas décadas, é “resultado do fluxo de imigrantes do interior mais próximo, pois nem o tráfico de escravos, nem o crescimento natural, explicam a expansão da população “livre” do Recife entre o século XIX e o século XX (Carvalho, 2010, p. 80-81). Os imigrantes, segundo o autor, buscavam melhores oportunidades econômicas. Porém poucos tiveram sucesso, pois apesar das oportunidades que o porto e o intenso comércio da região ofereciam, o projeto de sociedade, caracterizado pelas relações de poder desiguais, não permitia que todos conseguissem melhorar suas vidas. Muitas dessas pessoas não conseguiram superar a pobreza e passaram a morar em barracos nas áreas mais pobres da cidade, como por exemplo, no bairro de São José.

Parte dessa população era composta por uma elite ligada ao comércio local. De acordo com Carvalho (2010), o intenso comércio, as atividades urbanas, os elos políticos, jurídicos e administrativos e as relações sociais trouxeram algumas pessoas para morar na cidade. Além de comerciantes, encontrava-se morando nos bairros do Recife alguns senhores de engenhos, trabalhadores liberais, funcionários contratados pela administração provincial, profissionais liberais e artistas. Para muita gente livre e liberta talvez não tenha sido a economia o maior atrativo para vir morar no Recife, mas o encanto, a dinâmica da vida urbana em si (Carvalho, 2010, p.77)

Mas parece que a vida social presente nas cidades não encantava a todos, principalmente as elites. A violência, as doenças, o barulho e o grande número de escravizados andando livremente pelas ruas causavam em alguns o desencanto pela cidade e a busca por residências nos arrabaldes. Arraes (2004) apresenta o movimento contrário de ocupação da cidade praticado pelas elites.

À medida que engrossavam seus capitais, os comerciantes portugueses, diversificavam seus investimentos e, abandonando o passado de vendilhões sem refinamento social, procuravam áreas residenciais, instalando-se em palacetes com grandes quintais, deixando seus negócios instalados nos bairros comerciais. Outros, buscaram nos arrabaldes do Recife a calma e um maior contato com a natureza (Arraes, 2004, p.450-451)

Nessa perspectiva a cidade do Recife perdia moradores para os arrabaldes. Em 1844, as freguesias dos arrabaldes pertencentes à cidade eram quatro: Afogados, Santo Amaro de Jaboaão, Poço da Panela e São Lourenço da Mata. Os melhoramentos materiais que a cidade alcançou, principalmente no governo do Barão da Boa Vista, não foram o suficiente para tornar a cidade um lugar agradável para aqueles que podiam se mudar. Estes encontravam nas residências, sítios e engenhos dos arrabaldes melhores condições para morar. O campo oferecia ar puro e um maior contato com a natureza.

Os censos citados anteriormente, apresentados no trabalho de Marcus Carvalho (2010), mostram que o número de escravizados da década de 1820 para a de 1850 permaneceu praticamente o mesmo. Mesmo com a pressão da Inglaterra para acabar com o tráfico de escravizados e gradualmente a escravidão o número de escravizados presentes na cidade do Recife não diminuiu. A lei antitráfico de 1831 ficou conhecida como “lei para inglês ver”, pois continuavam chegando nos portos navios carregados de negros oriundos da África. Carvalho (2009) estudou os desembarques de negros nos portos do Recife, após 1831. De acordo com o autor, como navios negreiros não podiam desembarcar nos portos das principais cidades e tendo que se adaptar às novas circunstâncias, passaram a desembarcar os escravizados em outros pontos do litoral de Pernambuco, sobre a participação dos grandes fazendeiros locais.

O trabalho de Arraes (2004) nos oferece um panorama muito rico e detalhista de como era o Recife em meados do século XIX. A expansão da rede urbana do Recife provocou uma certa especialização nos três bairros. No bairro do Recife, estava o comércio atacadista, importador e exportador. Em Santo Antônio, o mais populoso dos bairros, concentrava-se o comércio de luxo, e em Boa Vista, o bairro mais residencial e o maior de todos, sediava um comércio de gêneros de primeira necessidade.

O bairro do Recife, planície configurada pelas águas do mar e dos rios, desenvolveu uma atividade portuária que moldou as condições sociais e econômicas do lugar. No porto escoava a produção açucareira e os insumos produzidos nas províncias vizinhas. Possuía diversos estabelecimentos comerciais geradores de um fluxo constante de pessoas nas ruas, nos edifícios e nos conhecidos e famosos sobrados.

A maioria dos cenários das nossas histórias se passam nas ruas. Diferentemente dos espaços privados, as ruas pertenciam a todos e ao mesmo tempo a ninguém. Utilizando informações presentes em um dos textos do jornalista Antônio Pedro de Figueiredo (1814-1859), apresentaremos ao leitor os nomes das ruas dos três bairros. Queremos oferecer ao leitor subsídios que tornem os cenários das nossas histórias mais compreensíveis.

Figueiredo afirma que havia vinte e sete ruas existentes no bairro do Recife, em 1857. Seus respectivos nomes: a da Cadeia, a da Cruz, a dos Tanoeiros, a do Trapiche, a do Vigário, a do Encantamento, a da Cacimba, a dos Burgos, a do Amorim, a do Codorniz, a da Moeda, a da Lapa, a da Costa, a da Madre de Deus, a da Torres, a da Lingueta, a da Senzala Velha, a da Senzala Nova, a da Guia, a do Brum, a do Pilar, a dos Guararapes, a do Farol, a do Cais, a do Apolo e a do Areal.

O artista alemão Emil Bauch, através da sua arte, eternizou alguns cenários da cidade do Recife, entre os anos de 1849 e 1852<sup>5</sup>. Ele pintou doze imagens do Recife e seus arrabaldes. Mostrou as pontes, os prédios públicos e a população da cidade. As imagens possivelmente foram litografadas na Alemanha e em seguida editadas num álbum cromolitográfico intitulado *Souvenirs de Pernambuco*. Mostraremos algumas.

Figura 1-Rua da Cruz (atual Rua do Bom Jesus), cromolitografia do artista alemão Emil Bauch.



Disponível em: <https://www.brasiliاناiconografica.art.br>. As gravuras detalhadas de Emil Bauch. Equipe Brasileira Iconográfica. Acervo: Biblioteca Nacional (Brasil). Dms 29,3 x 53,5 cm.

<sup>5</sup>Encontramos informações sobre o trabalho artístico do alemão Emil Bauch em: DUARTE, Mirela Carina Rêgo. A paisagem urbana nas representações imagéticas do Recife do século XIX. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE) Recife: O autor 2014.

O período retratado pelo artista alemão Emil Bauch exhibe a cidade do Recife após as reformas realizadas pelo presidente da província, Francisco do Rego Barro. Devido às mudanças urbanísticas ocorridas durante a sua administração ele foi considerado um grande adepto da ideia de progresso. De acordo com Carvalho (2002), desde o início de sua administração, iniciada em 1837, e encerrada em 1844, ele se preocupou em dar novos ares à cidade do Recife. Ele ficou conhecido por promover ações de “aformoseamento” da cidade. De acordo com Gaspar (2003 apud Araújo e Ribeiro, 2010) o Conde da Boa Vista, como ficou conhecido:

construiu estradas ligando à capital as áreas do interior produtoras de açúcar, a ponte pênsil de Caxangá, o Teatro de Santa Isabel, a Penitenciária Nova – hoje, Casa da Cultura -, o Cemitério de Santo Amaro, o edifício da Alfândega – hoje, o Shopping Paço Alfândega -, canais, estradas urbanas, um sistema de abastecimento de água potável, a reconstrução das pontes de Santa Isabel, Boa Vista e Maurício de Nassau, além da construção de sua maior obra, o Palácio do Campo das Princesas. (Gaspar, 2003 apud Araújo e Ribeiro, 2010).

Na rua da Cruz destaca-se a opulência da arquitetura das construções. A imagem apresentada do artista alemão Emil Bauch mostra que além de bonita, ela era larga e muito movimentada. No periódico Diário de Pernambuco encontramos vários anúncios tratando da comercialização de diversos gêneros nesta rua. Encontramos também anúncios de aluguéis e vendas de sobrados, de compra e venda de escravizados e de prestação dos mais variados serviços, como os de educação e de advocacia.

Na rua da Cruz localizava-se o consulado britânico. Este, contribuía ainda mais para o vai e vem de pessoas pelas calçadas e estabelecimentos. O trabalho de Emil Bauch mostra que a paisagem urbana do local é caracterizada pela presença de homens, mulheres, animais (cachorros e cavalos), soldados e crianças. Os escravizados trabalhando sob o comando de gritos e chicotes e uma negra com um balaio de frutas na cabeça exemplifica aspectos políticos, econômicos e culturais da sociedade. Revela que a ideia de progresso que marca o período era bastante limitada. Cada detalhe apreendido pelo artista humaniza e dá vida ao quadro.

De acordo com o jornalista Figueiredo, o bairro do Recife possuía treze becos, sete travessas e quatro largos. Os becos: o do Noronha, o do Abreu, o do Gonçalves, o do Campelo, o das Miudinhas, o do Porto, o de Manuel Antero, o de Valadares, o do Pascal, o de Teixeira, o Largo, o do Tocolombó e o do Monteiro. As travessas: a do Vigário, a da Madre de Deus, a das Crioulas, a da Guia, a do Vieira, a dos Guararapes e a do Farol. Os largos: o da Alfandega, o da Assembleia, o do Corpo Santo e o do Pilar.

Através das leituras que fizemos e da análise das fontes conseguimos ter uma ideia da diversidade de pessoas que se deslocavam nos diversos espaços da cidade. Eram transeuntes das mais variadas nacionalidades, condições sociais, condições legais (libertos e escravizados), empregos e cultura. Portugueses, ingleses, alemães e outros estrangeiros dividiam os mesmos espaços com indivíduos pretos, pardos e mestiços. Mas apesar de dividirem o mesmo espaço geográfico, cada grupo exteriorizava diferenças econômicas e sociais que os diferenciavam um dos outros. E tais diferenças não eram pelas elites dominantes um problema a ser resolvido. Pelo contrário, os grupos dominantes prezavam pela sua manutenção.

Santo Antônio era a região das repartições públicas. Cavalcanti Júnior (2010) apresenta algumas delas: a repartição da polícia, a das obras públicas, a Relação do Distrito, o Tribunal dos Jurados, a Tesouraria Geral e a Provincial, a sala das audiências dos juízes de crimes, do civil e da paz, o Selo e o Correio, o Palácio, a Secretaria de Governo e o teatro Santa Izabel.

Em 1844, ocorreu a divisão da freguesia de Santo Antônio em dois bairros, a porção norte seria Santo Antônio e a porção sul seria o bairro de São José do Ribamar. Cavalcanti Júnior (2015) apresenta a ilha de Santo Antônio com duas áreas bem distintas: o norte da ilha, predominantemente comercial, sediava muitas repartições da burocracia provincial e concentrava uma população mais abastada, o sul, onde se localizava o bairro de São José, a opulência era menor. Uma subdivisão territorial justificada por discursos administrativos e políticos, mas que deixa claro que o traçado geográfico das cidades vai se construindo a partir de um cenário social que separa e exclui. Entre sobrados e mocambos de taipa e madeira, no sul, vivia uma população mais pobre, composta principalmente de pardos, pretos e crioulos que viviam de atividades relacionadas ao pequeno comércio.

Os moradores de São José eram considerados mais propensos à prática de expedientes ilícitos. Manter a ordem nessa área era preocupação constante dos delegados e chefes de polícia nas suas comunicações escritas. Nos ofícios enviados a seus superiores era comum pedirem patrulhas, armamentos, melhorias na iluminação das ruas e expor a necessidade de rondas frequentes para conter as consideradas “desordens”, como os ajuntamentos ilícitos nas ruas, as bebedeiras, as gritarias tarde da noite e os ladrões.

Antônio Pedro de Figueiredo afirmou que em Santo Antônio havia trinta e três ruas. O nome das ruas eram: da Cadeia, do Colégio, do Crespo, das Cruzes, do Queimado, do Cabugá, Nova, do Sol, Trincheiras, da Laranjeira, Larga do Rosário, Estreita do Rosário, de São Francisco, da Florentina, Bela, da Roda, dos Quartéis, de Santo Amaro, das Flores, da Paz, da Camboa do Carmo,

do Livramento, da Penha, Direita, da Viração, das Águas Verdes, de Hortas, de Santa Tereza, da Palma, do Rangel, da Praia, Nova da Praia e do Fogo.

Santo Antônio tinha sete becos e sete largos. Os becos eram: o da Matriz, do Calabouço, da Travessa da Rua Bela, 1º da Camboa do Carmo, 2º da Camboa do Carmo, 3º da Camboa do Carmo e o do Falcão; e os largos, o do Colégio, da Independência, do Paraíso, do Carmo, da Ribeira, de São Pedro e o do Palácio.

Figura 2: Rua do Crespo (atual Rua Primeiro de Março), cromolitografia do artista alemão Emil Bauch.



Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br>. As gravuras detalhadas de Emil Bauch. Equipe Brasileira Iconográfica. Acervo: Instituto Moreira Salles. Dms 45,6 x 68,6 cm.

No desenho de Emil Bauch observamos a arquitetura das construções de uma das mais importantes ruas do bairro de Santo Antônio, a rua do Crespo. Havia nela sobrados com até três andares. O governo do Conde da Boa Vista preocupado com o padrão estético dos sobrados instituiu normas para a construção das casas. Era intenso o movimento de pessoas durante o dia. Observa-se alguns soldados e a presença de alguns cavalos compondo a paisagem. O historiador Gilberto Ferrez (1984) afirmou que Emil Bauch teria se baseado em fotografias para fazer suas gravuras.

As travessas do bairro de Santo Antônio eram: a do Ouvidor, do Queimado, das Cruzes, da Florentina, da Rua Bela, dos Quartéis, da Matriz, dos Expostos, das Flores, da Bomba, do

Livramento, de São Pedro, da Viração, do Lobato, da Concórdia, do Carcereiro, do Arsenal, da Rua da Praia e a do Carmo.

O bairro da Boa Vista era o maior de todos. Por estar mais próximo do interior, no começo do período colonial, era comum essa parte ser chamada de continente (Carvalho, 2010, pg. 29). O bairro expandiu-se por meio de contínuos aterros, que iam aglutinando os terrenos que ficavam além do aterro da Boa Vista (Arraes, 2004, pg. 117).

De acordo com Figueiredo, o bairro tinha quarenta e quatro ruas. Seus nomes: as Ruas do Aterro, da Conceição, do Aragão, do Tambiá, da Matriz, da Glória, Velha, da Santa Cruz, de São Gonçali, do Jasmim, do Prazer, dos Coelhos, do Sebo, da Trempe, da Soledade, do Campo Verde, da Conquista, a do Cais do Capibaribe, de João Fernandes Vieira, do Palácio do Bispo, Nova do Hospício, da Alegria, da Mangueira, Real, das Ninfas, da Fundição, da Estrada Nova, do Cafundó, do Manguinho, da Ventura, dos Deuses, das Pernambucanas, da Amizade e da Passagem.

As travessas eram as seguintes: a dos Coelhos, a dos Martins, a da Campina, a do Mondego, a do Veras, a do Quiabo, a de João Francisco, da Soledade, a do Caminho Novo, a do Palácio do Bispo, a da Caixa d'Água, a dos Pires, a de João Fernandes Vieira, a de Belém, a do Pombal, a da Rua Real, a do Costa, a da Saudades, a da Estrada Nova; os largos são: o da Boa Vista, o da Santa Cruz e o dos Coelhos; e os becos do Capim, da Rua Real e do Jacinto.

Figura 3: O largo da Matriz da Boa Vista (atual Praça Maciel Pinheiro), cromolitografia do artista alemão Emil Bauch.



Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br>. As gravuras detalhadas de Emil Bauch. Equipe Brasileira Iconográfica. Acervo: Biblioteca Nacional (Brasil). Dms 28,5x53,3 cm.

A imagem apresentada mostra o largo ou praça da Matriz da Boa Vista. Vemos vários religiosos na cena e muitas pessoas ajoelhadas, provavelmente, fazendo suas orações. Os registros escritos deixados por Antônio Pedro de Figueiredo, nos apresenta algumas descrições detalhadas do local. No final da rua do Aterro estava localizada a matriz, um templo magnífico. Em frente a matriz havia um espaço amplo e regular. O largo da Matriz da Boa Vista. Em 1856 contava-se no largo vinte e seis casas: quatro de um andar, dez de dois, uma de três e onze térreas. No centro havia um dos melhores chafarizes da companhia de Beberibe, inaugurado em 1846.

A comunicação entre os três bairros do Recife fazia-se pelas “primitivas” pontes projetadas e realizadas pelos holandeses (Arraes, 2004, p. 111). Uma chamada de “Ponte Velha” (ligava o Recife a Santo Antônio) por causa do estado de deterioração que se encontrava e a outra de “Ponte Nova” (ligava Santo Antônio a Boa Vista), por ter sido construída posteriormente. Na primeira, caminhavam pessoas a pé e na segunda deslocavam-se carros de boi, cavalos etc.

O entendimento territorial, social e econômico do Recife oitocentista permite compreendermos melhor as ações dos nossos personagens. Os encontros e desencontros de seus moradores. Os deslocamentos para o local de trabalho. O trabalho nos estabelecimentos comerciais ou mesmo nas ruas, ao ar livre. Os passeios. As práticas de divertimentos. A participação nas atividades religiosas. Em todas essas dimensões do cotidiano das pessoas acontecem as práticas ilegais.

Nosso maior interesse é a população negra presente na cidade. Uma parte dessas pessoas eram escravizadas. Outra, era composta por pessoas livres. Neste grupo incluíam-se os indígenas, os degredados, os migrantes de outras províncias, os descendentes de africanos e os ex-escravizados. Apesar de livres, poucos conseguiam inserir-se nas camadas mais privilegiadas da sociedade. Enfrentam várias dificuldades, como a pobreza, o desemprego e o preconceito. Bastante semelhante era as experiências dos libertos. Apesar de terem alcançado a liberdade formal, como disse Albuquerque e Fraga Filho (2006), esses precisavam a todo momento provar que eram livres. Era muito comum as autoridades policiais abordarem nas ruas negros libertos sob suspeita de serem escravos fugidos.

Estamos estudando um grupo bastante heterogêneo, marcado por diferenciações (estatuto legal, cor, origem, religião e etc.), e que por isso tinham estratégias distintas de inserção social. Contudo havia muito em comum entre eles. A violência da escravidão, a exclusão social e a falta de oportunidades sociais refletiam-se diretamente no modo de viver desses indivíduos. O trabalho,

as redes de solidariedade, as relações sociais, as estratégias de sobrevivência e a constante busca pela liberdade foram aspectos da vida de homens e mulheres negras que lutavam, algumas vezes conscientes, outras não, contra o sistema, traçando caminhos e estratégias para sobreviver.

Entre as estratégias e possibilidades, estava o crime. Reis e Silva (2009) inclui os expedientes ilícitos como reações de resistência. Além das fugas, dos quilombos e das revoltas os autores citam as resistências do dia-dia, como por exemplo, os roubos, sarcasmos, sabotagem, assassinatos, suicídios e abortos. Resistências que, segundo eles, eram conduzidas com inteligência, criatividade e às vezes com azar.

Nesse sentido, as práticas criminosas encontram seu lugar de existência, principalmente em contextos mergulhados no medo, na miséria, na escravização de um ser por outro, nas desigualdades sociais e nas relações de poder desiguais. A criminalidade passa a ser percebida como parte de um todo. Nessa perspectiva, crime, violência e escravidão são pensados como partes de um modelo econômico-social. Estudos como o de Hobsbawm (2017) e Thompson (1975) apresentam a relação direta entre a criação do corpo jurídico e os interesses dos grupos no poder. O indivíduo só se torna criminoso quando existe um aparato legal que assim o enquadre. O conceito de criminoso é legitimado pelos princípios de justiça, de cidadania e de progresso. É transmitido uma ideia de luta do bem contra o mau. No entanto, a exploração dos ricos contra os pobres, a dominação de um grupo por outro, não são questionadas por determinados grupos que se beneficiam de tais situações.

De acordo com Schwarcz (2019), a escravidão foi muito mais que um sistema econômico. Ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais que configuram a sociedade atual. Os estudos de Becker (1968) concluíram que grupos sociais distintos tendem a estar mais susceptíveis a determinados graus de violência em seu cotidiano e que tais grupos mantêm relações diretas com a questão étnica. Trabalhos atuais têm mostrado que negros são mais vulneráveis a sofrer violência policial. São mais propensos a serem parados, revistados, presos e condenados. A permanência da construção de um imaginário social que teve origem no sistema escravista.

A compreensão da importância da história para o tempo presente deve ser estimulada em todas as aulas da disciplina. Revelar histórias, promover debates sobre cor de pele, refletir sobre a prática de crimes pela população negra em diferentes tempos é uma demanda da sociedade atual, marcada por preconceitos, racismo e desigualdades sociais. Temos o compromisso de ofertar uma educação coerente com as teorias educacionais modernas e com o desenvolvimento da consciência histórica.

Novas concepções do que ensinar, como ensinar e para quem ensinar norteiam a pedagogia atual. No ensino de História, o uso das tecnologias modernas apresenta-se como um meio

impactante e transformador das relações de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, é preciso equilibrar as metodologias tradicionais com as metodologias modernas. As tecnologias oferecem uma liberdade de ação, de comunicação e interação entre diversos sujeitos. Utilizar meios tecnológicos para promover espaços de expressão, posicionamentos e discursos de forma democrática. Diante das possibilidades de cada ambiente escolar, o professor pode utilizar recursos digitais para tornar suas aulas mais atrativas e promover nas crianças e jovens aprendizados significativos. Dessa forma, produzimos um podcast educativo para disseminar os resultados de nossa pesquisa e ofertar aos professores um recurso envolvente. Apresentaremos mais à frente o nosso produto.

## **2. DISCUSSÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA**

### **2.1 Discussão teórica**

Derivada da Escola dos Annales, a linha de pesquisa, História Social, inaugurou novas perspectivas de fazer história. Modalidade historiográfica rica de interdisciplinaridades com todas as Ciências Sociais e objetos de estudo transformou radicalmente o que Michel De Certeau (1982) chamou de operação historiográfica. Inicia-se, com ela, uma nova forma de fazer história. Nessa nova perspectiva, não só as pessoas negras, mas outros grupos que também foram excluídos da história, como as mulheres, os povos indígenas e as minorias étnicas, passaram a ser tratados como agentes sociais que fazem parte do complexo mundo das relações sociais desiguais, influenciando e sendo influenciados.

Embora a História Social tenha adquirido vários sentidos ao longo do tempo, ela sempre concedeu poder aos diversos sujeitos, não se limitando a pensar que apenas as instituições emanam poder. Abriu-se assim um campo de possibilidades. Os estudos sobre escravidão transformam-se radicalmente. Corrige-se o dualismo que posicionava o escravizado como vítima ou herói. Como afirmou Reis e Silva (2005), os escravos não foram vítimas, nem heróis o tempo todo, situando-se na sua maioria e a maior parte do tempo numa zona de indefinição entre um e outro polo.

Em consequência, a extinção da escravidão não é mais explicada pela lógica simplista do mercado e da produção. Percebe-se agora a contribuição dos cativos, através de inúmeras iniciativas, na desestruturação do sistema escravocrata. Uma fuga, um ato de rebeldia contra a

ordem do senhor, um ato desesperado que culmina em um suicídio ou a compra da alforria pelo próprio escravizado, são ações que significam muito mais que a realização de interesses pessoais. De algum modo, serviram para transformar as dinâmicas do sistema escravista.

Atualmente, grande parte das pesquisas sobre a escravidão procuram esclarecer os caminhos através dos quais os escravizados percorreram para melhorarem suas vidas. Ampliar o campo de reflexão que por muito tempo se limitava a associar o “escravizado” a “força de trabalho” abre espaço para pensarmos sobre outros temas da sua existência, como por exemplo, seus relacionamentos, as diferentes formas de negociação com seus senhores, a conquista da liberdade, suas práticas religiosas, seus sonhos e amores.

Os trabalhos atuais buscam mostrar a condição humana do escravizado a partir de suas próprias ações. “O primeiro ato humano do escravizado é o crime” (Gorender, 1978, APUD Chalhoub, 2011, p. 65). Nesse sentido, os estudos sobre criminalidade adquirem uma nova abordagem. O crime passa a ser percebido como ato natural de existência. É como se o crime cometido pelo escravizado evidenciasse o quanto ele é humano, ao reagir às proibições. Essa interpretação humaniza o ato criminoso e contribui para desconstruir a teoria do escravo-coisa. Quando mostramos a capacidade dos escravizados em se rebelar e traçar caminhos para melhorarem suas vidas percebe-se a força e a dignidade desse grupo. As ações de rebeldia “parecem indicar em cada momento histórico, o que eles consideravam um direito, uma possibilidade ou uma exorbitância inaceitável” (Reis e Silva, 2009, p.15).

O conceito de banditismo social apresentado por Hobsbawm (2010) alarga os nossos horizontes interpretativos sobre o ato criminoso. De acordo com o autor, são ações de sujeitos que afrontam a ordem econômica, social e política se opondo a quem deseja ter o controle do poder, das leis e dos recursos. Com a emergência do Estado Nação, um corpo legal legítimo foi criado para reprimir as atitudes que em tais circunstâncias históricas deviam ser proibidas. O que na prática não se concretizou, pois não havia força institucional para alcançar tal objetivo.

Por consequência, o Código Criminal passa a ser analisado como um instrumento de poder criado pelas elites. Dantas (2020) mostrou em seu trabalho que a elaboração do Código Criminal do Império do Brasil, aprovado em 16 de dezembro de 1830, passou por um trâmite parlamentar bastante complexo, marcado por intensos debates legislativos e comissões de trabalho dedicadas à sua conclusão. De acordo com Costa (2013) a política do Primeiro Reinado e o direito penal se articulavam de acordo com as particularidades do momento da aprovação e aos projetos de Estado, Justiça e Cidadania defendido pelos parlamentares de cada época. Na década seguinte os interesses

políticos dos grupos no poder mais uma vez entraram em cena culminando na Reforma de 1841 que fez algumas alterações no edifício jurídico do Código Criminal.

Por conseguinte, a prática de crimes passa a ser analisada a partir do escravizado e não exclusivamente a partir das instituições detentoras do poder. As elites, os políticos, as autoridades policiais e os indivíduos escravizados compõem uma realidade onde cada grupo tem interesses próprios. Destarte, o conceito de criminalidade passa a ser percebida como uma das inúmeras formas de resistência escrava. As motivações para a prática de algum crime podiam se revelar no cotidiano do escravizado, no relacionamento que mantinha com seus senhores, nos seus sonhos, no trabalho, nos amores, nas amizades, nas crenças e nos diferentes modos de pensar e agir.

Nessa perspectiva, o crime passa a ser parte da vida dessas pessoas. O crime representa uma negociação contra o sistema que queria anulá-los e enquadrá-los como simples mercadorias. Ao desobedecer a leis, as posturas municipais e normas e padrões de sociedades ditas “civilizadas” os indivíduos mostram suas identidades. Mesmo que as elites políticas se esforcem para controlá-los, isso não ocorre da maneira que se pretende. Pelo contrário, os esforços em dominar determinados grupos dão origem às inúmeras formas de resistência. De acordo com James Scott (2013), às relações de dominação, são simultaneamente, relações de resistência e a dominação gera uma considerável fricção. A prática de um crime é compreendida como ações de resistência contra as inúmeras formas que as relações de opressão se materializam, sendo uma das mais cruéis a escravização de um ser por outro.

Entender a criminalidade sobre o viés da resistência escrava e da luta pela sobrevivência é seguir um caminho de uma interpretação historiográfica que requer novos questionamentos diante das fontes. Dificilmente encontramos documentos produzidos pela população negra. Os documentos e relatos foram em grande maioria produzidos por aqueles que detinham o poder, as elites. Por isso, devemos ter bastante cuidado com elas. No entanto, acreditamos que, mesmo os aspectos mais ocultos dos discursos podem ser apreendidos através de uma interpretação histórica atenciosa, preocupada em apreender o que foi deixado implícito nos textos, sem intenções. Apreender o não-dito.

Quando nos referimos a população negra que morava no Recife, entre 1842 e 1850, estamos tratando ao mesmo tempo de negros cativos e de também de pessoas livres. A lei antitráfico de 1831, a conquista da carta de alforria por alguns escravizados e a migração aumentaram o número de pessoas livres morando ou circulando na cidade, dando assim uma nova configuração social à cidade.

Por isso, nesta pesquisa, liberdade e cativo não se opõem. A história da escravidão tem mostrado que é incoerente desassociar as experiências dos negros livres com a dos escravizados. A conquista jurídica da liberdade não necessariamente desvincula um grupo do outro. Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006) muitos gastavam todas as suas forças tentando comprar a alforria e quando compravam não sobrava mais nada. Imersos na pobreza, se deparavam com a falta de moradia, de emprego e de saúde. Alguns tornavam-se mendigos. Outros, como idosos e pessoas doentes, sem condições de trabalhar, passavam o resto da vida em hospitais e asilos.

De acordo com Carvalho (2010), a liberdade não é um termo desligado da experiência histórica das pessoas. No caso do escravizado, quando este foge para o mato, considera-se que houve uma fuga para “liberdade”. Na prática isso não ocorre, o fugitivo tem que enfrentar inúmeros obstáculos. A fome, a seca, a exposição aos fenômenos da natureza, a perseguição pelos feitores, evidencia que a liberdade não se alcança através de um único ato rebelde. Ela é, em determinados contextos, uma busca incessável.

A população negra era classificada nos documentos oficiais da época através de diferentes terminologias (negros, pretos, mulatos, pardos, crioulos, cabras). Entender os sentidos atribuídos a cada uma delas permite compreendermos a proximidade que cada uma tinha com a escravidão. O artigo “*De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX*”, de Jocélio Teles dos Santos (2005) utiliza dicionários de época para apresentar definições que nos ajudam a entender e dar significado às classificações raciais da época. Para o autor, além de uma marca de cor, tais classificações eram um tipo de classificação social, pois revelava a condição e o lugar social do indivíduo.

A terminologia “negro” era bastante utilizada. Dicionarizado no século XVIII por Antônio Moraes Silva como “um indivíduo desgraçado, triste, infausto, ou aquele de cor preta como a tinta de escrever, o carvão apagado”<sup>6</sup>. Podia significar o homem preto. Sua condição legal não era específica, podia ser forro ou cativo. Já aqueles que foram descritos como mulatos eram normalmente resultantes de uma relação inter-racial. Filhos de pretos com brancos ou mesmo de mulato com branco. O dicionarista Antônio Moraes Silva diz que mulato, é como se denomina a filha de branco com negra, ou de negro com mulher branca<sup>7</sup>. Também afirma que “este nome vem de mu, ou mulo, animal gerado de duas outras diferentes espécies. Há uma semelhança com a terminologia “pardo” que também são indivíduos filhos de brancos com negros. Uma classificação

---

<sup>6</sup>Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antônio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro, 1789.

<sup>7</sup> *Id.*

que apareceu bastante na nossa documentação. Ao homem crioulo, o entendimento que é transmitido na maioria dos estudos é que ele tenha sido um escravo que nasceu no Brasil. Existe a possibilidade de alguns terem vindo da África e terem ganhado essa denominação.

A desqualificação presente nas classificações de cor utilizadas no passado hierarquizou os grupos étnicos, criou estereótipos e justificou discriminação e exclusão social. No Recife oitocentista, negro, crioulo, pardo ou mestiço, essas pessoas tinham muito em comum. Eram grupos étnicos deslocados da sociedade. Os importantes melhoramentos urbanísticos realizados no Recife no início do século XIX e que deram uma aparência mais próxima às das cidades industriais da Europa não atingiram as camadas mais pobres da população. Realidade semelhante ao que ocorreu na Europa, entre os anos finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Hobsbawm (1991) em seus estudos sobre a questão social dos pobres na Europa afirmou que durante a Revolução Industrial a maioria das pessoas não conseguiram ascender socialmente e cabia a elas apenas três tipos de experiências: lutar para tornarem burgueses, permitir que fossem oprimidos ou então se rebelarem.

Apesar da historiografia atual ter nos apresentado casos de ex-escravizados ou até mesmo escravizados que conseguiram ascender socialmente, a maioria da população negra e pobre continuou vivendo na pobreza e na miséria de outrora. Alguns, talvez até mais excluídos que antes. O que segundo Arrais (2004, p. 182), “o encontro entre a sociedade patriarcal e um mundo em franca revolução industrial era uma verdadeira contradição”.

Para alcançar os resultados pretendidos neste trabalho foi preciso estudar o cotidiano das pessoas negras dentro das dinâmicas oferecidas pela cidade do Recife. Nesse sentido, os trabalhos de Michel De Certeau, historiador e jesuíta francês, nos ofereceram um embasamento teórico muito rico. Em suas obras, “A Invenção do Cotidiano”, volumes 1 e 2, ele buscou compreender o cotidiano através da análise dos movimentos de resistência ante as forças hegemônicas de reprodução e de controle social. Ao se tornar alvo do controle social, o sujeito não se apropria inteiramente dos mecanismos opressores impostos. Através de práticas cotidianas o indivíduo cria uma outra realidade e *fabrica* redes de anti-disciplina. Ao criar meios para escapar ou fugir dos modelos de enquadramento impostos pela ordem dominante, ele inventa seu cotidiano. O autor parte do pressuposto de que é a relação social que determina o indivíduo e não o inverso.

O crescente aumento populacional do Recife exigia da administração uma regulamentação das práticas cotidianas. As posturas municipais-conjunto de normas e preceitos estabelecidos pela Câmara Municipal do Recife é mais um mecanismo administrativo criado para romper com o passado, nos seus aspectos entendidos como atrasados. Como mostrou o trabalho de Souza (2002) as posturas municipais obrigam os munícipes a cumprirem certos deveres da ordem pública,

especialmente aqueles ligados a organização, disciplinamento e a construção do espaço público. Não mais se admitia ruas sujas, sobrados irregulares e condutas inadequadas que não combinavam com os novos tempos. O que na prática, continuou existindo.

Nesse sentido, contamos também com as discussões de Michel Foucault. Algumas das suas ideias e conceitos foram extremamente importantes para o entendimento das relações entre os mecanismos de controle utilizados pelo governo e a reação da população. Desenvolver uma pesquisa onde muitos sujeitos históricos foram excluídos da história exige uma análise sobre o poder e seus múltiplos aspectos. Pensar nas relações de poder, de onde ele emana, como se exala, os seus efeitos e o que resulta amplia as dimensões da interpretação histórica e possibilita desmistificar e corrigir os erros cometidos pela historiografia no passado. Segundo Michel Foucault, o poder não é observado apenas nas instituições ou no Estado. Todas as pessoas estão de algum modo envolvidas nas relações de poder.

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (Foucault, 2004, p. 193)

A concepção de Foucault sobre a descentralização e o deslocamento do poder para a periferia contribuiu para dar novos significados à história de grupos subjugados. Ao atribuir poder as ações dos negros realçamos a força de resistência e a capacidade desse grupo em driblar obstáculos e traçar sua própria história. Muitas das vezes tais experiências seguiram caminhos opostos aos que as elites políticas e dominantes desejavam. Consequentemente, elas tiveram que rever suas concepções e ações ao longo do tempo para se manter no controle.

Em relação às referências bibliográficas contamos com um quadro relativamente amplo e conectado com as novas abordagens teóricas atuais. O livro de Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade, uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, nos apresentou uma nova maneira de tratar o tema. Já na década de 1990, com muita sensibilidade e inteligência, o estudioso analisou a senzala na perspectiva de quem ali se encontrava. Pesquisou nos arquivos do 1º Tribunal de Júri do Rio de Janeiro e as Ações Civas de Liberdade do Arquivo Nacional buscando entender as

experiências dos escravizados através dos sentidos que eles próprios atribuem às suas lutas. O modo de pensar dos escravizados e suas formas de atuar no mundo passa a construir uma nova realidade historiográfica. Neste trabalho, os escravizados são apresentados como detentores de poder.

Destaco também a importância do livro, *Negociação e conflito*, de João José Reis e Eduardo Silva (2005). Um estudo que mostrou a atuação dos escravizados sobre a realidade. Os autores defenderam a tese de que muitos escravizados lutaram abertamente contra o sistema. Os escravos participaram de inúmeras formas de negociação com seus senhores. Algumas marcadas por conflitos, como insurreições e fugas, outras por negociação. A “brecha camponesa” - uma produção destinada aos escravizados dentro das terras do senhor- foi apresentada pelos autores para provar que os escravizados conseguiram amenizar a crueldade do sistema escravocrata no Brasil.

Em relação aos estudos sobre escravidão no Recife oitocentista, a obra de Marcus J. Maciel de Carvalho, *Liberdade-Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife, 1822-1850*, ampliou nossos horizontes sobre a temática, no campo das especificidades locais. O seu trabalho mostra a situação do escravo na área urbana e o relacionamento que mantinham com os diversos agentes históricos. Discutiu a luta pela sobrevivência dos escravizados e as estratégias criadas para conquistarem a liberdade. O autor afirma que quando a liberdade era conquistada, tornava-se dura e cruel. Com a carta de alforria em mãos, os ex-escravizados precisavam provar a todo momento que eram livres.

Os trabalhos do pesquisador da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Wellington Barbosa da Silva, apresentaram um leque de abordagens e conhecimentos específicos sobre o nosso tema. Seus estudos sobre relações sociais, repressão policial, escravidão e resistência nos ofereceu subsídio para entendermos os múltiplos aspectos do tema estabelecendo conexões com a política, a economia e as leis. Destaco o livro “*Entre sobrados e mucambos: escravidão e resistência negra no Recife oitocentista (1830-1850)*” e sua tese de doutorado “*Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)*”.

O embasamento teórico que adquirimos permitiu o desenvolvimento de um olhar crítico sobre os resultados e um entrelaçamento com o presente. Com o passar do tempo muita coisa mudou no Brasil, mas ainda não fomos capazes de garantir a prática do respeito às diversidades, à dignidade humana, às garantias legais e à diversidade racial e étnica. Desse modo, estabelecer conexões entre os significados das classificações de cor utilizadas no passado com o tempo presente nos conduz ao debate, extremamente necessário, sobre raça e racismo no Brasil. O racismo no Brasil é uma consequência da valorização de características fenotípicas associadas aos europeus, com destaque

para a cor da pele clara. Sendo assim, a cor da pele do indivíduo continua influenciando experiências sociais marcadas por desigualdades.

Atualmente a desumanização vivenciada pelos negros por mais de quinhentos anos no Brasil pode ser analisada sobre o viés de dois conceitos, o de colorismo e o de pigmentocracia. O artigo de Góes (2022) descreve os conceitos e escolhe o de pigmentocracia como o que melhor explica a realidade brasileira. A origem do termo colorismo é atribuída a Alice Walker que analisou a importância da cor dentro da comunidade negra estadunidense. Trata de um mesmo grupo racial valorizando as negras de cor de pele mais branca em detrimento das de pele mais escura. O conceito de pigmentocracia criado por Alejandro Lipschütz apresenta as dinâmicas raciais de valorização e hierarquização das características fenotípicas das sociedades latino-americanas, com destaque para a cor da pele.

## **2.2 Discussões metodológicas**

Encontramos nas leituras dos exemplares do periódico Diário de Pernambuco e nas ocorrências policiais a matéria-prima para nosso trabalho. Essas fontes nos proporcionaram importantes subsídios para analisarmos o período da nossa história. Apesar destes documentos não terem sido produzidos pelos nossos personagens, as pessoas negras, eles apresentaram informações que serviram como ponto de partida para nossas reflexões. Cientes de que cada registro carrega a subjetividade e as concepções de quem escreveu, pensamos e repensamos os textos. Utilizamos as técnicas da crítica: “Trata-se de confrontá-lo com tudo o que já sabe a respeito do assunto abordado, do lugar e do momento em questão” (Prost, 2015, p. 53). Atentos aos aspectos mais ocultos do discurso, concentramos nossa atenção principalmente nas narrações que continham as iniciativas dos nossos personagens.

A leitura e análise historiográfica dos manuscritos da Polícia Civil nos ofereceu meios para nos aproximarmos do universo do nosso tema. Os relatórios da polícia civil descrevem as prisões ocorridas na época. Normalmente informa-se o nome do preso, seu estatuto legal (livre ou escravizado), a classificação da cor (preto, pardo, crioulo, mestiço, caboclo, cabra etc.), o motivo, o nome da autoridade que efetuou a prisão e o local em que ela ocorreu. A documentação encontra-se no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), na rua Imperador Pedro II, 371, Santo Antônio, no Recife.

O clima de insegurança presente nos ofícios das autoridades policiais e nas notícias e cartas registradas pelos leitores publicadas no Diário de Pernambuco se reflete na própria noção de criminalidade da época e conseqüentemente na de criminoso. Para o pesquisador Wellington Barbosa (2003) a percepção da criminalidade estava associada ao envolvimento das pessoas em conflitos, “desordens”, insurreições e aos pequenos delitos do dia-dia. A prevenção e o combate ao crime eram uma necessidade para manutenção da ordem e da tranquilidade pública-ideais almejados pelas autoridades da época. Os deslocados da sociedade, como a escravaria, os negros e os pobres eram os mais temidos e alvo do controle policial.

Em um trabalho anterior organizamos os dados que encontramos na forma de tabelas<sup>8</sup>. Para construção da tabela coligimos 4.097 prisões. Iniciamos pelo mês de abril de 1842, o primeiro mês da atuação das delegacias de polícia, e finalizamos no ano de 1850. Os documentos que utilizamos são manuscritos que foram legados pela burocracia policial da época, as chamadas partes. São documentos comunicando as ocorrências policiais de determinado dia ou semana. São dados registrados pelos delegados de polícia e seus subalternos e enviados ao chefe de polícia ou enviado por este ao presidente da província. Mas precisamos dizer que esses documentos também são fragmentados e lacunares. No que diz respeito a esses anos, somente conseguimos coletar dados mais consistentes em alguns anos, principalmente os de 1842, 1849 e 1850. Por isso, decidimos não fazer comparações estatísticas mais aprofundadas neste relatório. Para facilitar o nosso trabalho separamos as informações pelo estatuto legal dos prisioneiros, em seguida pelos locais onde ocorreram as infrações e os motivos que as ocasionaram.

---

<sup>8</sup> BEZERRA, Elania Nunes. A faca e a baioneta: um estudo sobre repressão policial às camadas populares no Recife imperial (1842-1850). Monografia apresentada à Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) como requisito parcial à conclusão do curso Licenciatura Plena em História, em 2009.

<b>TABELA N° 1</b>						
<b>Estatuto legal das pessoas presas</b>						
<b>Ano</b>	<b>Homens livres</b>	<b>Mulheres livres</b>	<b>Escravizados</b>	<b>Escravizadas</b>	<b>Estrangeiros</b>	<b>Total</b>
<b>1842</b>	139	25	66	10	20	260
<b>1843</b>	47	6	10	0	1	64
<b>1844</b>	60	2	0	0	1	63
<b>1845</b>	94	0	2	2	1	99
<b>1846</b>	24	0	0	0	1	25
<b>1847</b>	9	0	0	0	0	9
<b>1848</b>	324	16	67	6	35	448
<b>1849</b>	1.015	25	159	14	35	1.248
<b>1850</b>	1.195	92	390	46	158	1.881
<b>Total</b>	<b>2.907</b>	<b>166</b>	<b>694</b>	<b>78</b>	<b>252</b>	<b>4.097</b>

<b>TABELA N° 2</b>	
<b>Os principais motivos das prisões de escravizados, 1842-1849.</b>	
<b>Crimes públicos</b>	<b>N°</b>
Contra a segurança e tranquilidade pública	14
Contra a boa ordem e administração pública	3
<b>Crimes particulares</b>	
	<b>N°</b>
Contra a segurança individual	47
Contra a segurança de honra	12
Contra a pessoa e a propriedade	47
<b>Crimes policiais</b>	
	37
<b>Infrações de Posturas Municipais</b>	49
<b>Diversos Motivos</b>	407
<b>Motivos não declarados</b>	78
<b>Total</b>	<b>694</b>

<b>TABELA Nº 3</b>	
<b>Os principais motivos das prisões de homens livres, 1842-1849.</b>	
<b>Crimes públicos</b>	<b>Nº</b>
Contra a segurança e tranquilidade pública	288
Contra a boa ordem e administração pública	9
<b>Crimes particulares</b>	
<b>Crimes particulares</b>	<b>Nº</b>
Contra a segurança individual	174
Contra a segurança de honra	43
Contra a pessoa e a propriedade	72
<b>Crimes policiais</b>	142
<b>Infrações de Posturas Municipais</b>	49
<b>Diversos Motivos</b>	1.696
<b>Motivos não declarados</b>	434
<b>Total</b>	<b>2.907</b>

Fonte: Coleção Polícia Civil, 1842-1849

A tabela 1, mostra um elevado número de pessoas livres presas. Neste grupo, havia alguns afortunados, como comerciantes, pequenos e médios proprietários de terra e funcionários do governo. As pessoas mais pobres estavam empregadas, principalmente, em atividades subalternas ligadas ao pequeno comércio. Poucos casos conseguiam ascender socialmente e integrar as camadas mais favorecidas da sociedade. A grande maioria passava a vida toda presa nas condições sociais de origem.

Cada indivíduo seguia seu caminho e estes eram diversos. Durante o percurso, poderiam cometer algum delito. A tabela nº3 mostra os motivos das prisões dos homens livres. Presos por envolvimento em brigas e tumultos de rua, vadiagem, infrações de posturas municipais, roubos e furtos. Alguns indivíduos praticaram crimes diretamente contra a pessoa física, como as agressões, os assassinatos, as brigas, os insultos e as ofensas físicas. Cada crime carrega consigo interesses

personais, experiências de vida e motivações que têm uma relação direta com o contexto social, político e econômico da época.

Quanto à prisão de escravizados, houve anos sem nenhum registro. Eles apareceram, principalmente, nos anos de 1842, 1848, 1849 e 1950. Ao separar os crimes por categoria (tabela 2), percebemos que a maioria dos motivos das prisões não se inseriram nas três categorias estabelecidas pelo Código Criminal de 1830: crimes públicos, crimes particulares e crimes policiais. Os motivos mais citados foram: prisão, brigas, embriaguez, denúncia, correção, suspeita, requisição do senhor, andar fugido e pedido da justiça. O que nos leva a concluir que o trabalho do aparato de polícia da época não era guiado exclusivamente pela legislação, mas também pelos interesses das elites dominantes que prezavam pela manutenção da estrutura social e da tão sonhada ordem social.

Nesse sentido, as prisões para correções beneficiavam os senhores escravocratas. Quando necessário eles solicitavam a polícia a prisão de seus cativos. Corrigir o mau comportamento de alguns era o grande objetivo desse tipo de prisão. Os castigos físicos tinham diminuído bastante após o século XVII, pois poderiam provocar fugas. De acordo com Funari (2012), Gilberto Freyre estudou jornais do século XIX e concluiu que os escravos fugidos tinham sido especialmente maltratados por seus capatazes antes da fuga. Trabalhos como o de Reis e Silva (2009) mostraram que, principalmente, ao longo do século XIX, os escravocratas tiveram que amenizar os horrores da escravidão, não por estarem mais sensíveis e humanos, mas para conseguirem manter a ordem escravista, evitando não só as fugas, mais insurreições e formação de quilombos.

Os assassinatos não apareceram com muita frequência na documentação. Uma vez por outra aparece nos relatórios da polícia um caso. No dia 2 de janeiro de 1846, o caboclo José Luís dos Santos assassinou um negro com um tiro<sup>9</sup>. No dia 14 de fevereiro do mesmo ano, Joaquim Gonçalves dos Santos, com a ajuda de Manoel Veríssimo de Abreu e Melo, assassinou seu irmão<sup>10</sup>. Em relação a esses dois casos, pelo que consta na documentação, todos os criminosos foram presos na freguesia da Boa Vista.

Houve uma preponderância de furtos. O intenso fluxo de mercadorias nas ruas da cidade favorecia a prática desse tipo de delito. A chegada constante de mercadorias pelo porto e o seu deslocamento para os armazéns, galpões e lojas exibia riquezas que despertava, em alguns, o desejo de obtê-las a qualquer custo. O transporte dessas mercadorias pelas ruas, pontes e rios era um

---

<sup>9</sup> Ofício do chefe de polícia, Antonio Affonso Ferreira, ao Presidente da Província, Antônio Pinto Chichorro da Gama, 18 de abril de 1846, APEJE, PC, cód 13, fl. 177-178.

<sup>10</sup> Ofício do chefe de polícia, Antonio Affonso Ferreira, ao Presidente da Província, Antônio Pinto Chichorro da Gama, 18 de abril de 1846, APEJE, PC, cód 13, fl. 177-178.

momento oportuno para tal prática. Os furtos poderiam ter várias motivações, como por exemplo, ser uma oportunidade de conseguir recursos para fugir para outra província, para ajudar alguém, para juntar dinheiro para a compra da carta de alforria ou mesmo para a compra de comida ou remédio.

Destaca-se na tabela 1, o crescente número de prisões nos anos de 1848 a 1850. Esses três anos foram marcados pelo movimento armado denominado como “Revolução Praieira”. O conflito foi liderado pelo partido praieiro-uma cisão do partido liberal ligados ao chefe político Francisco do Rego Barro, o Barão da Boa Vista. A província, nas últimas décadas, tinha sido palco das disputas intensas entre os conservadores e os liberais. De ideologia liberal, um dos principais questionamentos dos praieiros era a influência política dos conservadores, principalmente das famílias dos Cavalcanti. Eles exerciam a muito tempo grande hegemonia na província, prejudicando os interesses dos praieiros. Além de serem ricos proprietários rurais, alguns assumiram cargos políticos importantes, como os de deputados, vereadores, promotores, juízes de paz e chefes de polícia.

Muitos acontecimentos turbulentos ocorreram na década de 1840. Alguns relacionados ao sentimento de repulsa à presença de estrangeiros, principalmente dos portugueses, no cenário econômico. Anos antes da Revolução Praieira, entre 1844 e 1848, o Recife foi palco de aproximadamente sete *mata-marinheiros*. De acordo com Dornelas Câmara (2005), essas desordens ocorreram em diversos momentos e lugares. Em algumas delas, os portugueses foram espancados e tiveram seu comércio invadido e/ou depredado. Envolvia-se nos tumultos políticos, populares e tropas de linha.

Na documentação encontramos listas e mais listas de pessoas presas como rebeldes, agitadores e coniventes com a rebelião. Nos anos de 1848 e 1849 apareceram 209 prisões deste tipo. E as prisões por suspeitas aumentaram ainda mais. Nestes dois anos, ocorreram 109 casos. Percebe-se que no mês de fevereiro de 1849, quando tropas lançaram-se, sem êxito, sobre à capital da província, houve um pequeno aumento de presos em relação aos outros meses do ano. A vitória das tropas legalistas marca o fim do confronto.

Os homens livres “engrossaram as fileiras dos rebeldes”<sup>11</sup> pela identificação com os ideais do movimento. Os praieiros além de questionarem a monopolização do comércio a retalho por parte dos portugueses, desejavam mudanças no sistema de recrutamento militar e queriam a extinção do

---

<sup>11</sup> Palavras do Chefe de polícia Jerônimo Martiniano Ferreira de Melo. Ofício do Chefe de Polícia, Jerônimo Martiniano Ferreira de Melo, ao Presidente da Província, Manoel Vieira Tosta, 17 de janeiro de 1849, APEJE, PC, cód. 21, fl. 71

poder moderador. Então, buscou-se alcançar adeptos, descontentes e atingidos diretamente com tais realidades, para compor o movimento. Na documentação encontramos casos de pessoas que foram presas por estarem “aliciando” gente. No mês de dezembro de 1848, foi preso Antônio Sinfrônio Rodrigues de Luna. Segundo as informações encontradas, ele “é casado, mas espacha sua mulher que vive às custas de um cunhado e ele é distribuidor de proclamações sediosas para a revolta pública, convoca o povo para revolta, vai de porta a porta chamar o povo e foi três vezes a Catucá”<sup>12</sup>. Catucá é o nome do quilombo que será explicado a seguir.

Não conseguimos obter informações escritas do motivo de Antônio Sinfrônio Rodrigues de Luna ir três vezes a Catucá. Mas podemos cogitar a possibilidade de estar tentando alguma articulação com as pessoas que lá se encontravam. A região de Catucá era símbolo de resistência negra. O Quilombo de Catucá foi um dos maiores símbolos de oposição ao escravismo no século XIX na província de Pernambuco. Carvalho (2012) mostrou o quanto ele deu trabalho às autoridades e a aristocracia rural, que só conseguiram pôr um fim nos últimos anos da década de 1830. No entanto, na década de 1840, há registros de escravizados escondidos na mata, causando muito medo às elites escravocratas que não queriam perder suas “propriedades”. Encontramos na nossa documentação o caso de duas escravizadas Antônia e Catarina, ambas descritas como pretas, foram presas em 1845, nas matas do Catucá<sup>13</sup>.

A Revolução Praieira não representou diretamente os interesses da população escravizada. No entanto, os anos de confusão, favoreceram ações de resistência escrava. Preocupadas com os últimos acontecimentos, revendo estratégias e articulações políticas, as elites estavam bastante ocupadas. Muitos escravizados aproveitaram para fugir. Bastava algumas horas de desatenção de seu senhor para um cativo embarcar em algum navio e ir para bem longe, talvez para uma outra província.

Das prisões coligidas 1.295 prisões declara a cor dos indivíduos. A porcentagem era de pardos (41,77%), seguidos de pretos (36,37%), crioulos (10,81%) e brancos (6,17%). Em análise semelhante, Cavalcanti Júnior (1999) interpreta as classificações de cor e suas proporções. Segundo o autor, o percentual tão baixo de pessoas presas declaradas brancas pode ter vários significados. Um deles é que a maioria das pessoas que iam parar nas mãos da polícia era de fato negras. Outro sentido é de que muitos escrivães de polícia só registravam a cor dos escravos ou dos homens

---

<sup>12</sup> Ofício do delegado suplente, Luiz Paulino, ao desembargador Firmino Antônio de Souza, 14 de dezembro de 1848, PC, Cód. 20, fl. 372.

<sup>13</sup> Ofício do delegado de Igarassu João Costa de Albuquerque, ao Doutor Antônio Joaquim de Nogueira, 16 de fevereiro de 1846, APEJE, PC, cód 10, fl. 56.

negros, pois julgavam uma importante característica a ser registrada. Quando eram indivíduos brancos não se registrava nada.

Muitas pessoas foram presas por suspeição e averiguações policiais. Em alguns casos não é expresso o motivo da suspeita, mas em outros sim. Um dos casos se deu com o preto escravizado Manoel. Ele foi preso no ano de 1849, no segundo distrito do Recife, por ter sido encontrado às duas horas da manhã a dormir na estrada da Trempe e supostamente ter fugido<sup>14</sup>. Nos casos em que foram registrados o motivo da suspeita, houve uma predominância da desconfiança pelas autoridades policiais de que o indivíduo poderia ser um escravizado que tinha fugido.

Além da quantificação das prisões, também fizemos análises qualitativas de alguns casos. No ano de 1846, o chefe de polícia, Antônio Affonso Ferreira, pede, em ofício, ao Presidente da Província, Antônio Pinto Chichorro da Gama, que assentasse praça a um preto perigoso:

Será apresentado a V. Ex.<sup>a</sup> para si que dignar mandar assentar praça na Marinha, o preto Luiz Hipolito Mariano. Este preto não deve continuar a estar nesta província, por que da sua estada pode resultar grave mal à segurança pública. É um dos pretos enfim que pode concorrer para uma insurreição<sup>15</sup>.

De acordo com Antônio Affonso Ferreira, o preto Luiz Hipolito Mariano era um perigo para a sociedade. Mandá-lo assentar praça na Marinha seria um meio de evitar que ele se envolvesse em desordens, insurreições ou praticasse algum crime. Antônio Affonso Ferreira não deixa explícito a conduta do preto Luiz, mas certamente não era por ele considerada boa. Luiz Hipolito Mariano foi declarado preto. A cor era um sinal indicativo da condição social. Pelo contexto da época, ser preto, era ser pobre. Ser pobre para as elites poderia ser muito perigoso. Não queremos aqui omitir as inúmeras histórias apresentadas pela historiografia moderna de casos de pretos que conseguiram traçar estratégias de resistência e mudar para melhor as suas vidas. Mas parece não ter sido o caso de Luiz Hipolito Mariano. Quanto mais escura fosse a pele do indivíduo, mais medo e insegurança ele causava na elite branca. De acordo com Barbosa (2003) alguns acontecimentos passados mostraram que os negros e mestiços podiam causar muita “confusão e desordens”. Eles acompanharam bem de perto vários movimentos políticos, alguns até saíram às ruas saqueando as lojas e os armazéns, roubando e matando gente.

---

<sup>14</sup> Ofício do chefe de polícia, Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, ao Presidente da Província, Manoel Vieira Posta, 17 de janeiro de 1849, APEJE, PC, cód. 21, fl. 71.

<sup>15</sup> Ofício do chefe de polícia, Antônio Affonso Ferreira, ao Presidente da Província, Antônio Pinto Chichorro da Gama, 9 de novembro de 1846, APEJE, PC, cód 15, fl. 219.

Paralelamente trabalhamos com o periódico Diário de Pernambuco. Na seção Hemeroteca Digital, da Biblioteca Digital, encontramos digitalizadas todas as edições do período em estudo. O que facilitou bastante o nosso trabalho. As notícias e cartas registradas pelos leitores ampliaram o nosso entendimento sobre a sociedade da época. O noticiário político, as notícias locais, os anúncios oficiais, as correspondências, os anúncios comerciais e os classificados revelaram vários aspectos que nos auxiliaram na leitura das práticas consideradas ilegais da população negra.

Nossas leituras e interpretações foram pautadas na criticidade e na análise dos discursos estudados. Mais uma vez munidos dos aportes teóricos de Foucault, agora, daquele que trata sobre o controle e exclusão dos discursos, buscamos ir além do que é dito<sup>16</sup>. Atentos às armadilhas dos discursos intencionados, lendo e relendo os textos, pesquisamos sobre autores dos textos e suas concepções ideológicas. Assim tentamos não cair nas armadilhas das pretensões ideológicas.

O periódico Diário de Pernambuco permitiu que encontrássemos relatos mais detalhados de delitos. O que os relatórios da Polícia Civil, por seu conteúdo objetivo, não permitiam. Em relação aos furtos, muitos negros (cativos ou livres) aproveitavam os momentos de trabalho externo, longe de seus senhores, para se apropriar dos objetos alheios. A proximidade com o objeto desejado encorajava a ação. Encontramos um caso, em 1845, em que foi entregue a um preto, 10 chapéus e 50 folhas de papelão para que ele conduzisse a um determinado fim<sup>17</sup>. No entanto, aconteceu do preto “descaminhar-se” (palavra do redator do anúncio). Por isso, “avisava-se no Diário de Pernambuco que a quem tais chapéus estivessem sido oferecidos, ou quem estivesse guardado, os entregasse na rua Direita n.117 que seria recompensado”. No ano de 1847 encontramos um caso semelhante. Um anunciante expressa que entregou a um preto um caixão com uma arroba de espermacete para que ele levasse ao Pátio do Carmo. No entanto, a encomenda não chegou ao seu destino<sup>18</sup>. O anunciante pedia que quem encontrasse a mercadoria a devolvesse. Caso contrário, se tomaria as providências necessárias. Nesse caso, as informações não foram suficientes para sabermos se o preto em questão era livre ou cativo.

Aos olhos do presente a escravização de um ser é algo cruel e brutal. Contudo, no passado, como mostrou Davis (2001), alcançou a mais alta sanção, legitimada por discursos de certas

---

<sup>16</sup> Michel Foucault, em “A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de Frances, pronunciada em 2 de dezembro de 1970, identifica vários “procedimentos de exclusão” presentes nos discursos. Ele cita a interdição, a separação da loucura e a vontade de verdade. O primeiro, esconde o que não pode ser dito, o segundo, trata de uma desqualificação do discurso dos loucos e em seguida, uma busca por uma verdade única e universal que impossibilita a aceitação de outras formas de conhecimento.

<sup>17</sup> Diário de Pernambuco, 1845, Ed. 00161, p. 03.

<sup>18</sup> Diário de Pernambuco, 1847, Ed. 00047, p. 03.

religiões e doutrinas filosóficas. Quando os interesses econômicos encontraram sentido dentro dessas concepções os resultados foram cruéis. Os anúncios de escravizados fugidos, presentes nos exemplares do Diário de Pernambuco, trazem as brutalidades que os negros escravizados sofriam diariamente. Mancos, com cicatrizes no rosto, dentes quebrados, ombros caídos, cegos de um olho e tantas outras marcas de castigos e maus-tratos em seus corpos.

Encontramos no Diário de Pernambuco, no ano de 1846, uma notícia de um suicídio de uma mulher preta, escravizada. Ela tenta com uma faca de ponta e depois com as próprias mãos se matar. Mais uma cena cruel e apavorante que exemplifica a história da escravização e da subjugação de povos ao longo da história.

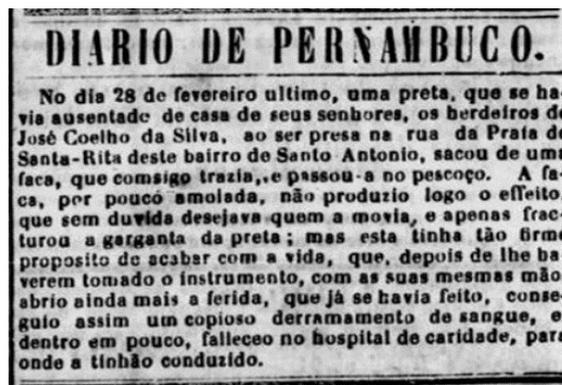


Imagem 6- Diário de Pernambuco 1846, 00049, pg.1.

Uma tentativa de suicídio desesperada de uma escravizada que ao ser presa tenta sem tirar sua própria vida. Os meios utilizados tornaram a cena ainda mais impactante. Quando presa, na rua da Praia de Santa Rita, bairro de Santo Antônio, ela sacou uma faca no seu próprio pescoço. A faca não estava suficientemente amolada para cumprir com a pretensão da mulher. O corte não causou imediatamente a sua morte. A cativa finalizou a ação com a sua própria mão. Introduziu a mão na ferida e abriu ainda mais. Quanto desespero. Não encontramos informações escritas sobre as condições de vida da escravizada, nem como ela era tratada por seus senhores. O que sabemos é que ao ser presa e pensar na possibilidade de ser recolhida a casa de seus senhores novamente preferiu morrer. Entre a vida e a morte, optou pela morte.

Essa e outras tantas histórias encontradas nos documentos da época exteriorizam a opressão, a dominação e o sofrimento oriundo da escravização negra no Recife oitocentista. Por isso, não conseguimos atribuir uma noção de culpa, de imoralidade, aos nossos protagonistas de práticas consideradas criminosas. Chegamos à conclusão de que esses supostos “criminosos” eram vítimas de um sistema social. Deixando explícito que enxergamos os fatores de ordem psicológica e de

ordem moral que influenciam a prática de crimes, mas condenando o sistema escravocrata, entendendo as múltiplas experiências humanas e humanizando as pessoas que por muito tempo tiveram suas histórias ocultas.

### **3. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO**

Optamos por disseminar os resultados deste trabalho de pesquisa por meio de um podcast. A escolha do produto partiu da necessidade de oferecermos um produto pedagógico prático e atrativo. Além de potencializar o entendimento sobre o assunto e auxiliar os docentes em sala de aula, este produto pode ser usado por qualquer pessoa, em qualquer lugar, que queira conhecer a temática tratada.

O podcast é um modo de difusão de emissões de rádio. Através de subscrição de um “feed RSS”, e com a ajuda de um programa específico, pode-se descarregar automaticamente para o computador ou o iPod as emissões de rádio previamente selecionadas. Depois, transferi-las para um leitor de ficheiros MP3. Podem ser ouvidas onde e quando o utilizador pretender. Uma grande vantagem do podcast é que podemos acessá-los em inúmeras situações e momentos do dia. A miniaturização dos dispositivos de áudio, bem como a incorporação de funções de tocador de MP3 em outros aparatos associa a execução do podcast a diversos aparelhos, como celulares e notebooks.

O podcast contém 10 episódios. O primeiro, apresenta aspectos da história do Recife, as transformações sofridas ao longo do tempo e quem eram seus moradores. O segundo, aborda a escravidão, o cotidiano dos escravizados, as redes de solidariedades e problematiza o conceito de liberdade, no contexto da escravização no Recife oitocentista. Os episódios seguintes narram recortes da vida de homens e mulheres negras que viveram no Recife. Nesses recortes, nossos personagens protagonizam ações, na época, consideradas crimes. O último episódio sistematiza a ideia que construímos ao longo dos episódios, traçando um paralelo com os dias atuais.

Os episódios duram entre 5 a 10 minutos. Nosso público alvo, são os estudantes do ensino fundamental II e médio. Usamos uma linguagem simples e acessível para possibilitar que todos consigam entender as narrativas.

Os personagens das nossas histórias não são do tempo presente. São pessoas negras e mestiças que moraram no Recife, em tempos passados (1842-1850). É a história do Recife sendo

contada. A transmissão de um conhecimento que valoriza a história regional, a memória e o fortalecimento das identidades locais. A forma como o podcast foi estruturado, busca construir um entendimento de como a história se conecta com tempo presente, e como ela é um instrumento de reflexão crítica para a busca de soluções dos antigos problemas da sociedade, como o racismo, o preconceito, a falta de oportunidades sociais para determinados grupos, a pobreza, o desemprego, criminalidade e todo tipo de violência.

Todas as histórias têm como elemento comum a prática de uma ação considerada, na época, como crime. Através dessas ações, podemos refletir sobre diversos aspectos do cotidiano da população negra. Após a escuta dos episódios, o professor pode iniciar debates, rodas de conversa, trabalhos em grupo, atividades escritas e etc. Além de potencializar o entendimento sobre o assunto e auxiliar os docentes em sala de aula, este produto pode ser usado por qualquer pessoa, em qualquer lugar, que queira conhecer a temática tratada.

As histórias foram construídas a partir do conhecimento que adquirimos ao longo da pesquisa. Foram extraídas das fontes históricas que usamos - os relatórios da Polícia Civil e o periódico Diário de Pernambuco. As narrativas mesclam informações reais e fictícias, com total fidelidade ao contexto histórico. O conteúdo é fundamentado por uma teoria que nos auxilia a interpretar os fatos e a reconstruir as histórias. Com a pretensão de tornar o enredo mais atrativo elas mesclam personagens reais e fictícios. Contamos histórias coerentes com o contexto social, econômico e político da época. Os cenários foram construídos a partir das informações descritas nas fontes e na bibliografia utilizada.

Em cada episódio refletimos sobre alguns aspectos retratados na narrativa. Concluimos cada episódio com perguntas e/ou propostas de reflexão. Momento valioso para os estudantes refletirem sobre as histórias narradas, situando-as dentro do contexto histórico da época. Oportunidade de pensar nas relações de poder, no controle social sobre a população negra, na criminalização desse grupo e nas resistências que resultaram na prática de crimes. Sentimos a necessidade de esclarecer em alguns episódios, determinadas questões. Para isso, criamos uma sessão “SAIBA MAIS!”. O professor que utilizar o podcast em sala de aula terá a responsabilidade de mediar e proporcionar aos estudantes os possíveis significados, dando sentido ao conteúdo. O podcast foi hospedado e distribuído no Spotify.

## 4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

**PLATAFORMA DE HOSPEDAGEM:**  
SPOTIFY

Link: <https://open.spotify.com/episode/378fnyfzwGj1Bgp1VIOfgJ?si=scpINpI8QCCdY-ZEWziwQw>

**CAPA DO PODCAST:**



Rua da Cruz, cromolitografia do artista alemão Emil Bauch. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br>.

### EPISÓDIO DE ABERTURA

Neste podcast analisamos os crimes praticados pela população negra no Recife oitocentista, de 1842 a 1850. Apresentamos recortes da vida de mulheres e homens negros envolvidos na prática de crimes. Desejamos que os saberes transmitidos neste trabalho sejam ressignificados e compreendidos por todos, principalmente por nossos estudantes. O estudo da história das populações africanas e afro-brasileiras é parte do caminho em direção a prática do respeito às

diversidades, à dignidade humana, às garantias legais e à diversidade racial e étnica do nosso território.

## **EPISÓDIO 1 -O RECIFE DO SÉCULO XIX, MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS**

Este é o primeiro episódio do **PODCAST CONSTRUINDO SENTIDOS**". O conteúdo que iremos apresentar estimulará você a pensar sobre um período muito significativo da história do Recife, a década de 1840. Falaremos sobre o desenvolvimento do Recife ao longo do tempo. Mostraremos como as características naturais do território influenciaram diretamente a economia, as relações sociais e políticas da época. Refletiremos sobre um tempo marcado pela escravização dos negros africanos, pelo jogo de interesse das elites, pelo preconceito, racismo e pelas desigualdades sociais.

## **EPISÓDIO 2- NEGROS, PARDOS E MESTIÇOS NO RECIFE OITOCENTISTA**

Neste episódio apresentamos os moradores da cidade do Recife. Falamos sobre a escravidão africana e como a origem e a cor de pele influenciavam o status social dos indivíduos. Mostramos como a população negra conseguiu, diante dos obstáculos, resistir às dificuldades e traçar caminhos em busca de melhores condições de vida.

## **EPISÓDIO 3: O PRETO JOAQUIM ESPANCA A PRETA SEVERINA.**

Neste episódio narramos o crime de agressão física praticado pelo preto Joaquim a preta Severina, com a qual mantinha um relacionamento. Ambos escravizados. O preto Joaquim ao saber que Severina se mudaria para uma região distante ficou com muita raiva da sua amada, machucando-a com tapas e socos.

## **EM BUSCA DE SENTIDOS!**

Caro estudante, qual foi o crime praticado pelo preto Joaquim?

Refleta sobre a relação entre a condição de escravizado do preto Joaquim com a maneira cruel que ele reagiu à notícia do possível distanciamento da preta Severina, agredindo-a violentamente.

*Fonte principal: Ofício do chefe de polícia, Antônio Ignácio de Azevedo, ao Presidente da Província, Francisco do Rego Barros, 12 de agosto de 1842, APEJE, PC, cód. 05, fl. 160.*

## **EPISÓDIO 4: ESCRAVOS BEBENDO E PROFERINDO PALAVRAS OBSCENAS.**

Neste episódio contamos a história de um grupo de escravizados presos por se encontrarem em uma taberna, tarde da noite, bebendo e proferindo palavras obscenas (motivo expresso pelas autoridades policiais).

## **EM BUSCA DE SENTIDOS!**

Caro estudante, qual foi o crime praticado pelos escravizados presos?

Mesmo com a criminalização de encontros de negros pelas elites políticas para assegurar o controle social e a manutenção do sistema escravista, os negros continuavam se encontrando, para diversos fins, como para divertimentos, práticas culturais e religiosas, organização de fugas e quilombos. Estudante, você acha que esses encontros podem ser interpretados como ações que se opõem ao sistema de opressão, exploração e discriminação da época? São ações de resistência?

*Fonte principal: Ofício do delegado de polícia, Joaquim José da Fonseca, ao Presidente da Província, Francisco do Rego Barros, 27 de dezembro de 1843, APEJE, PC, cód. 07, fl. 306.*

## **EPISÓDIO 5: O PARDINHO AUGUSTO TENTA VENDER UM CORDÃO DE OURO.**

Neste episódio contamos uma situação ocorrida com o pardinho Augusto, de 14 anos. Ele tentou vender algo que não lhe pertencia. Para as elites da época, o cordão de ouro que estava com o pardinho não poderia ser dele. Ele teria roubado. Uma dedução muito simples diante da complexidade das existências e das dinâmicas cotidianas de cada pessoa.

### **EM BUSCA DE SENTIDOS!**

Caro estudante, qual foi o crime praticado pelo Pardinho Augusto?

O pardinho Augusto era livre. Sua mãe, escravizada. Os dois moravam juntos. Qual o sentido da palavra liberdade na vida cotidiana do pardinho Augusto?

*Fonte principal: Diário de Pernambuco, 1845, Ed. 00140, p. 03.*

## **EPISÓDIO 6: O PRETO JOÃO NÃO VOLTOU!**

Neste episódio contamos a história do preto escravizado João. Durante a realização de um trabalho ele aproveitou para fugir. Levou com ele umas mercadorias.

### **EM BUSCA DE SENTIDOS!**

Caro estudante, qual foi o crime praticado pelo preto João?

Os deslocamentos dos escravizados em áreas urbanas, exercendo atividades de ganho ou cumprindo alguma solicitação dos senhores, favorecia a prática de fugas?

*Fonte principal: Diário de Pernambuco, 1845, Ed. 00161, p. 03.*

## **EPISÓDIO 7: LUIZ HIPOLITO MARIANO: ESTE PRETO É PERIGOSO!**

Neste episódio contamos o caso do preto, Luiz Hipolito Mariano. Foi preso! No entanto, não praticou nenhum delito. Foi preso, por ser, na visão das autoridades policiais, propenso a práticas de crimes.

### **EM BUSCA DE SENTIDOS!!**

Caro estudante, qual foi o crime praticado pelo preto Luiz Hipolito Mariano?

Qual a relação entre o recrutamento no Recife oitocentista com o controle social da população negra?

*Fonte principal: Ofício do chefe de polícia, Antônio Affonso Ferreira, ao Presidente da Província, Antônio Pinto Chichorro da Gama, 9 de novembro de 1846, APEJE, PC, cód 15, fl. 219.*

## **EPISÓDIO 8: A CRIOLA RITA FURTA UM RELÓGIO DE OURO**

Neste episódio apresentamos a história do crime praticado pela crioula escravizada Rita. Uma infração praticada dentro de um cenário de medo, de necessidades, de muito trabalho e de uma gestação.

### **EM BUSCA DE SENTIDOS!**

Caro estudante, qual foi o crime praticado pela crioula Rita?

Você consegue perceber semelhanças entre a história de Rita e a de muitas mulheres negras hoje? Reflita sobre as barreiras estruturais originárias do racismo e do sexismo presente na sociedade atual.

*Fonte principal: Diário de Pernambuco, 1847, Ed. 00013, p. 02.*

## **EPISÓDIO 9: BENEDITO, GOVERNADOR DOS PRETOS DA COSTA, É PRESO.**

Neste episódio apresentamos a história da prisão do preto liberto Benedito, conhecido como Governador dos Pretos da Costa. Uma prisão que mostra que os negros eram alvos constantes de repressão e de medidas de controle. E que mesmo assim, os negros continuavam traçando estratégias de resistência cultural e continuavam lutando por liberdade.

### **EM BUSCA DE SENTIDOS!**

Caro estudante, qual foi o crime cometido pelo preto Benedito?

Na sua opinião a raça e cor ainda são marcadores de diferença fundamentais que configuram a sociedade atual?

*Fonte principal: Ofício do chefe de polícia, Jerônimo Martiniano Ferreira de Melo, ao Presidente da Província, Manoel Vieira Costa, 20 de janeiro de 1849, APEJE, PC, cód 21, fl.*

### **EP 10: ELOS COM O TEMPO PRESENTE**

Este último episódio falamos de uma estrutura social presente no nosso país hoje e que teve origem no sistema escravista. Estrutura social que ainda impõe obstáculos á integração social da população negra.

## 5. APLICAÇÃO DO PRODUTO

O podcast foi hospedado e distribuído no Spotify. É uma das maiores plataformas de streaming de áudio do mundo. Qualquer pessoa com um celular pode baixar a versão gratuita. Tanto os criadores de podcast, como os usuários, conseguem usar com facilidade os recursos disponíveis na plataforma. A miniaturização dos dispositivos de áudio, bem como a incorporação de funções de tocador de MP3 em outros aparatos associa a execução do podcast a diversos aparelhos, como celulares e notebooks. Além disso, a plataforma utiliza algoritmos avançados para recomendar podcasts com base nos interesses dos usuários. Para os produtores de conteúdo, isso aumenta a chance de serem descobertos. Para os ouvintes, oferece uma personalização do conteúdo, passando uma ideia de que a plataforma conhece os interesses de cada pessoa.

Orientamos que os professores utilizem o material por meio de uma sequência didática de 3 aulas. Na primeira, os estudantes escutarão os podcast 1 e 2. Os primeiros episódios são introdutórios, apresentando o lugar, o tempo, o contexto da época e os sujeitos da pesquisa. O professor pode pedir aos estudantes resumos dos episódios. Na segunda aula, o professor mediará uma atividade em grupo. O ideal é que o professor organize os estudantes em 7 grupos. Cada grupo deve escolher um episódio, do 3 ao 9 e responder as perguntas. Na terceira aula, todos os alunos escutaram o episódio 10 e em seguida o professor organizará um debate. As questões propostas nos episódios 3 a 9 guiarão esse momento de aprendizagem.

Os conteúdos apresentados neste trabalho têm um teor muito sensível. Por isso, abordamos o tema com leveza e criatividade. Nosso foco não são os sofrimentos, dores e a desumanização vivenciada pelos nossos personagens, mulheres e homens negros do Recife oitocentista. Queremos desconstruir estereótipos, revelar histórias escondidas, valorizar etnias, dar novos significados às ações dos nossos personagens, mostrar a importância de determinados grupos na construção da história nacional e problematizar a prática de crimes pela população negra, analisando-as com fundamentação teórica.

Elaboramos um material didático-pedagógico de acordo com as principais teorias atuais da educação e com as diretrizes educacionais presentes nos principais documentos norteadores da educação básica no Brasil. No final do século XX, uma concepção educacional começou a ganhar espaço no mundo, a educação inclusiva. Sociedades marcadas pelas diferenças culturais, étnicas, sociais, religiosas e etc, exigiram que a escola reestruturasse suas ações em busca da valorização do

diferente e do resgate de autoestima de determinados grupos. No Brasil, a escravidão e o racismo estrutural tiveram impacto duradouro nas condições de vida da população negra. Por isso, a inclusão se atrela a noção de respeito, reparação histórica e a busca de melhores condições de vida para todos. Diferentes aspectos da sociedade são colocados em pauta, tais como emprego, transportes, escolarização, pobreza e pessoas com “necessidades especiais”.

A nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), sancionada em 20 de dezembro de 1996, apresentou em seu texto a necessidade do ensino de História do Brasil mostrar a contribuição de todos os grupos na formação da sociedade brasileira. Em seu Capítulo II (Da Educação Básica), Artigo 26, Parágrafo 4º, estabelece que “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia” (Brasil, 1996).

A Lei 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares. As Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana, de 2004, fomenta reparações sociais, reconhecimento e valorização da identidade, cultura e história dos negros brasileiros, num processo educativo, político e social.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta que os currículos construam uma práxis de ensino antirracista que contemple a legislação vigente sobre relações étnico-raciais. Os conteúdos devem ser trabalhados de forma Multicultural reconhecendo as diferentes culturas e suas particularidades regionais. As relações étnico-raciais devem ser estudadas como um tema transversal e integrador, pelos sistemas de ensino e escolas, a partir da sua autonomia e competência (Brasil, 2017).

O presente produto aplica-se a estudantes da educação básica, tanto do Ensino Fundamental II como do Ensino Médio. A linguagem acessível das abordagens e das narrativas apresenta temas atuais, como os preconceitos, o racismo, as violências, a criminalidade e as desigualdades sociais.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O podcast “Construindo Sentidos” transmite um conhecimento histórico que apresenta as origens, no nosso território, de determinados problemas e seus desdobramentos até os dias atuais. Com um olhar sensível e com a seriedade de uma produção científica, estimulamos o estudante a interpretar os fatos e a pensar nas desigualdades sociais relacionadas à questão étnica e racial que ainda permanecem. Pensar no contexto social do Recife (1842-1850) a partir da lógica das desigualdades instiga o sujeito (estudante) a agir no mundo (protagonismo). Enquanto a cidade era cada vez mais urbanizada, através da realização de inúmeras obras públicas e de projetos de higienização, a população negra buscava sobreviver como podia. Mas sobreviver não era nada fácil em uma sociedade onde as relações de poder privilegiavam uma elite branca e escravocrata. Sobreviver não era fácil quando se era tratado como propriedade, mercadoria e instrumento de trabalho.

No jogo de interesse das elites e na luta por sobrevivência o crime passa a existir. Ao dar sentido à prática de crimes pela população negra, conseguimos perceber a relação direta entre a criação do corpo jurídico e os interesses dos grupos no poder. No entanto, no cenário de contradições da época, a prática de crime revela o que os discursos da época queriam esconder: o escravizado como ser humano, possuidor de desejos e impulsos próprios. Ao tratar sobre a prática de crimes poderíamos ter abordado o assunto a partir do ângulo da repressão policial, das dores e das violências. No entanto, optamos pelo viés das lutas e das conquistas. Valorizando assim, o papel do negro na construção da sociedade brasileira.

Entender o cotidiano da população negra no Recife oitocentista e sua “inclinação” ao universo da criminalidade pode nos ajudar a compreender as raízes históricas de muitos problemas sociais. Pode nos instrumentalizar para buscarmos juntos formas de desconstruir o racismo estrutural. Um racismo que é decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares (Almeida, 2008, p.38). Muitos negros vivem em bairros onde tem menos acesso a escolas de qualidade, serviços de saúde e transporte. Uma segregação e marginalização de longas datas e que todos nós temos o dever de combater.

A população brasileira é miscigenada, resultado da mistura, principalmente de povos indígenas, colonizadores europeus (especialmente portugueses) e africanos. Não se pode permitir

que o racismo ainda exista em uma sociedade tão plural como a nossa. A grande maioria dos brasileiros tem ascendência africana. Queremos transmitir essas discussões principalmente para os jovens e adolescentes. Eles têm um caminho longo a seguir. Para mudanças precisamos de tempo. Não podemos esquecer o que aconteceu no passado. Precisamos reaver vivências. Se sensibilizar. Despertar em nós, o que às vezes parece que morreu, o desejo de um mundo melhor para todos.

## **8. LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES**

-Coleção Polícia Civil (1842-1850). Disponível: Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Rua na rua Imperial Pedro II, 371, Santo Antônio, no Recife.

-Diário de Pernambuco (1842-1850). Disponível: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_02&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1)

## 9. BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ARRAIS, Raimundo. O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2004.

BARREIRO, José Carlos. Imaginário e Viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência, São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BECKER, G. S. (1968). Crime and punishment: An economic approach. *In: The economic dimensions of crime*. Palgrave Macmillan, London, p. 13-68.

BRASIL, Bruno. Revolução Praieira na imprensa: voltas e revoltas. Disponível: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/imperio-do-brasil-revolucao-praieira-na-imprensa-voltas-e-revoltas/> Acesso em: 04 de fev. 2024.

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96). Diário Oficial da União. Brasília: nº 248, 23 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. “Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”. Novembro de 2009.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. O Recife e os motins antilusitanos nos anos que antecederam a insurreição praieira: o aprendizado do protesto popular e outras variações. Dossiê: Histórias e Teorias. Ano IV, nº 4, 2005/06/07.

CARVALHO, Marcus J. M. de. A repressão do tráfico atlântico de escravos e a disputa partidária nas províncias: os ataques aos desembarques em Pernambuco durante o governo praieiro, 1845-1848. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/zm9V6mmBS8XnThYm8G7ZSbz/> Acesso em: 07 de março de 2014.

\_\_\_\_\_. de. Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

\_\_\_\_\_. O quilombo de Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco. IN: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. 1 ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 465-493.

\_\_\_\_\_. de. O tráfico Atlântico e o protagonismo senhorial depois de 1831. Z Cultural-Revista do Programa de Cultura Contemporânea. Ano XIV, 01, 2019.

CARVALHO, Marcus J. M. de; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. A Rebelião Praieira. In: DANTAS, Mônica (Org.). Revoltas, motins e revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.

CAVALCANTI JR., Manoel Nunes. Praieiros, guabirus e “populaça”: as eleições gerais de 1844 no Recife. 2001, 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife.

\_\_\_\_\_. As transformações da paisagem urbana em Santo Antônio e São José: ruas, edifícios e marginalidade (1837-1844). In: VII Congresso de Iniciação Científica da UFPE, 1999, Recife. Anais do VII Congresso de Iniciação Científica, 1999.

\_\_\_\_\_. “O Egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido”: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834 – 1837), Recife, 2015.

\_\_\_\_\_. "Populaça", praieiros e baronistas: luta política e participação popular nas eleições gerais de 1844 no Recife. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa, PB. Anais [...]. São Paulo: Associação Nacional de História, 2003. p. 1-7.

CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Alba Helena Duarte de Araújo. “E trovejou o cacete”: cotidiano, resistência e criminalidade escrava (Recife, 1879-1888). Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, História, 2009.

COSTA, Robson Pedrosa. “Cotidiano e resistência nas últimas décadas da escravidão, Olinda, 1871-1888”. Dissertação de Mestrado-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

COSTA, Vivian Chierigati. Codificação e formação do Estado-nacional brasileiro: o Código Criminal de 1830 e a positivação das leis no pós-Independência. Dissertação de Mestrado. IEB-USP, 2013.

DANTAS, Monica Duarte. O Código do Processo Criminal e a Reforma de 1841-Dois Modelos de Organização dos Poderes. História do Direito: RHD. Curitiba, v.1, n.1, p. 96-121, jul-dez de 2020.

DAVIS, David Brion. O problema da escravidão na cultura ocidental. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DUARTE, Mirela Carina Rêgo. A paisagem urbana nas representações imagéticas do Recife do século XIX. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE) Recife: O autor 2014.

FEBVRE, Lucien. Combates pela História. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

FERREZ, Gilberto. *O Recife de Emil Bauch – 1852*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1984.

FIGUEIREDO, Antônio Pedro de. IN: MELLO, José Antônio Gonsalves de. O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste. Recife: 1975, v. II.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de Frances, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. Microfísica do poder. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

\_\_\_\_\_. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1991.

FREIRE, Eugênio Pacceli Aguiar. A. PODCAST: BREVE HISTÓRIA DE UMA NOVA TECNOLOGIA EDUCACIONAL. Educação Em Revista, 18(2), 2010, 55–71. <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2017.v18n2.05.p55> Acesso em: 08 de abril de 2024.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. A arqueologia de Palmares-sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. IN: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.).

Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. 1 ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 29-57.

GOÉS, J. M. de. (2022). Reflections on pigmentocracy and colorism in Brazil . *REVES - Revista Relações Sociais*, 5(4), 14741–01i. <https://doi.org/10.18540/revesv15iss4pp14741-01i>

HOBBSAWM, E. J. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOBBSAWM, E. J. *Bandidos*. 5ª ed. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo-sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA* vol. 2, nº 2 - dezembro de 1999.

PLAISANCE, Eric. Da educação especial à educação inclusiva: esclarecendo as palavras para definir as práticas. *Educação* (Porto Alegre, impresso), v. 38, n. 2, p. 230-238, maio-ago. 2015.

PROST, Antoine, *Doze lições sobre a história*. 2. ed.; 4. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Wellington Barbosa da. *Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)*. 2003. 278 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

\_\_\_\_\_. *Rebeldes encarcerados: repressão policial durante a Revolução Praieira (Recife, 1848-1849)*. *História Social*, 13(16), 29–44. <https://doi.org/10.53000/hs.v13i16.232>, 2011.

\_\_\_\_\_. *Entre sobrados e mucambos: escravidão e resistência negra no Recife oitocentista (1830-1850)*. 1. ed. Recife - PE: Editora Universitária da UFPE, 2022.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. *Posturas do Recife Imperial*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores. A origem da Lei Negra*. Trad. Denise Bottmann. 2 ed. Col. Oficinas da História. Rio: Paz e Terra, 1997.

TORRES, João Camilo de Oliveira. Os Construtores do Império. Brasília: Edições Câmara, 2ª ed., 2017.

VIANA, Larissa Moreira. As festas Negras (p.48,49), In: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe. (org.). O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história. 1ªed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.